



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FELIPE DE ALMEIDA NETO

**A GEADA NEGRA DE 1975: MARCOS NAS MEMÓRIAS PELA IMPRENSA  
E ESTUDO DE CASO EM LONDRINA E REGIÃO NORTE DO PARANÁ.**

---

Londrina

2016

FELIPE DE ALMEIDA NETO

**A GEADA NEGRA DE 1975: MARCOS NAS MEMÓRIAS PELA IMPRENSA  
E ESTUDO DE CASO EM LONDRINA E REGIÃO NORTE DO PARANÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História da  
Universidade Estadual de Londrina, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciatura em História

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Londrina  
2016

# FELIPE DE ALMEIDA NETO

**A GEADA NEGRA DE 1975: MARCOS NAS MEMÓRIAS PELA IMPRENSA  
E ESTUDO DE CASO EM LONDRINA E REGIÃO NORTE DO PARANÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História da  
Universidade Estadual de Londrina, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciatura em História.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr.  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

À minha mãe Neiva, e minhas irmãs  
Kelli e Janaina.

NETO, Felipe de Almeida. **A geada negra de 1975**: Marcos nas memórias pela imprensa e estudo de caso em Londrina e região norte do Paraná. 2016. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

## **RESUMO**

Pretende-se analisar neste trabalho os marcos na memória da história do norte do Paraná, através da cafeicultura e da geada negra, quais foram os "lugares" quais se cristaliza a memória acerca do café e da cultura cafeeira. A análise será feita através de periódicos regionais que circulavam em 1975 : a Folha de Londrina e Panorama, nas datas de 18 de julho quando ocorreu a geada negra à 31 julho de 1975. Este artigo também possuía análise de um depoimento oral, que se configura como um registro de história oral.

**Palavras-chave:** Geada-negra. Jornal. Café. Cafeicultura. Londrina.

NETO, Felipe de Almeida. **The black frost of 1975: Mark in the memories by the press and case study in Londrina and northern Paraná.** 2016. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

### **ABSTRACT**

We intend to analyze in this work the landmarks in memory of northern history of Paraná, through the coffee and black frost, which were the "places" which crystallizes memory about coffee and coffee culture. The analysis will be done through regional newspapers that circulated in 1975: Folha de Londrina and Panorama on the dates from July 18 when the black frost occurred by July 31, 1975. This article also possessed analysis of an oral hearing, which sets as a record of oral history.

**Key words:** Black-frost. Newspaper. Coffee. Coffee-culture. Londrina.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCCNP	Centro de Comércio do Café do Norte do Paraná
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
IBC	Instituto Brasileiro do Café
GERCA	Grupo Executiva de Racionalização da Cafeicultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. MARCOS DA GEADA NEGRA NA IMPRENSA.....</b>	<b>14</b>
2.1 A Terra Roxa: gênese da cafeicultura, seu enraizamento e difusão.....	14
2.2 A Geada Negra de 75 e a Imprensa: marcos e vozes. ....	23
<b>3. MARCOS DA GEADA NEGRA NA MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>44</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>56</b>
<b>Apêndice A.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É com intuito de podermos desvendar as memórias da geada negra, que se deu o presente trabalho. O estudo sobre este movimento ocorrido na década de 70, mais precisamente no ano de 1975, nos trás pontos de inquietação no tocante à história da cidade de Londrina e região norte do Paraná.

Começaremos discorrendo sobre a história da cidade de Londrina, expondo a identificação agrária que perdura na região, tanto em Londrina como no norte do Paraná. Sabemos que a região onde hoje é a cidade de Londrina, fora reocupada por uma companhia estrangeira no final da década de 1920, mais precisamente em 1929 e era conhecida como patrimônio Três Bocas. De patrimônio pertencente à cidade de Jatay (atual Jataízinho), rapidamente se desenvolveu e após cinco anos em 1934 foi elevada à cidade recebendo o nome de Londrina.

O nome dessa companhia estrangeira que serviu de marco para a fundação de Londrina era Companhia de Terras de Norte do Paraná (CTNP) e com incentivo do Governo Estadual empreendeu a reocupação das terras da “mesopotâmia” do rio Tibagi, tendo adquirido 500 mil alqueires de terra para executá-la. A partir disto, a CTNP também efetuou uma propaganda massiva para atrair pessoas e possíveis compradores para suas terras. Esta propaganda ressaltava os atributos da terra, que se referiam à qualidade da recém-reocupada região, com terras extremamente férteis e águas de pureza invulgar.

Com esta propaganda calcada na terra a CTNP concebeu a gênese da identificação agrária para Londrina e região norte do Paraná. Em 1944, quando se dá a desarticulação do complexo inglês e a nacionalização da referida companhia, os atributos da terra ainda serão ressaltados, mas já visando o produto que estava em voga: “o café”. Em decorrência dessa desarticulação os cafeicultores assumem o controle político da cidade, e neste instante a cidade e a região recebem os cognomes “Ouro Verde e capital mundial do café” por conta da prática massiva da cafeicultura. Nesse período, de 1944 a 1975 pode-se inferir que a região vive o “Eldorado cafeeiro” (ARIAS NETO, 2008), pois, neste ano aconteceu a “geada negra” ou o golpe derradeiro para a cafeicultura norte paranaense.

Nosso estudo acerca desse processo de ascensão da cafeicultura no Norte do Paraná conta com indagações acerca de algumas considerações de jornais impressos, e um estudo de caso sobre a geada negra. Analisamos os jornais a partir

do dia 18 de Julho de 1975, dia em que incidiu a geada negra no Paraná, São Paulo, sul de Minas Gerais e sul do Mato Grosso, além de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até o dia 31 de Julho de 1975, tentando compreender o ocorrido e suas repercussões no cotidiano rural e urbano. Também usamos, no estudo, um depoimento oral, que traz à tona um personagem que pouco foi citado pelos jornais: os trabalhadores rurais.

## **2. Marcos da geada negra na Imprensa**

### **2.1 A terra roxa: gênese da cafeicultura, seu enraizamento e difusão.**

Para podermos apontar as memórias produzidas pela geada de 1975, faz-se necessária uma explanação sobre a história da cafeicultura em Londrina e do norte do Paraná. Ao referenciarmos a região Norte do Paraná podemos observar sua pouca idade, em comparação com outras regiões do estado. O processo de reocupação e povoamento deste território sucedeu-se segundo Nadir CANCIAN (1981. p. 53), "[...] em meados do século XIX, sendo realizado pela iniciativa de particulares, de modo espontâneo e lentamente. [...]". Assim sendo, o norte do Paraná no início do século XX ainda era uma imensa faixa de terras devolutas, praticamente desocupada demograficamente.

Essa visão era contestada por Nelson Dácio TOMAZI (1997) que faz apontamentos acerca da reocupação do território do norte do Paraná como um processo de expulsão e massacre a posseiros e indígenas. A partir do começo do século XX percebe-se o interesse que o governo do Estado tem de ocupar aquela região, que pelo seu tamanho e suas futuras possibilidades de exploração aumentariam as receitas estatais por meio da arrecadação de impostos.

O objetivo era a ocupação de todo território do norte e noroeste paranaense. Tal prática poderia ser compensatória tanto para o governo do Estado, no que diz respeito à ocupação do território devoluto, quanto para a arrecadação estadual proveniente da comercialização e venda das terras do norte do Estado. O governo do Estado estaria lucrando na venda das propriedades às empresas colonizadoras, e em longo prazo também estaria aumentando o recolhimento de impostos. Havia uma pressuposição por parte do Estado de que as empresas colonizadoras

empreenderiam o loteamento das terras, atraindo, assim, pessoas e iniciando a formação de núcleos urbanos e rurais.

A necessidade de ocupar a região e conseqüentemente elevar as divisas estaduais é apresentada por José Miguel ARIAS NETO (2008) como uma forma de concessão de terras do Estado para agricultores. Com a reocupação dessas terras, o governo do Estado estaria resolvendo o problema na questão do território do norte do estado, e estaria ganhando por este processo reocupatório. Conforme o autor:

A partir de 1920, durante o governo de Afonso A. de Camargo, procurou-se dinamizar a ocupação do Paraná por meio de concessões de terras devolutas a particulares, para que estes empreendessem a fixação de pequenos agricultores. (ARIAS NETO, 2008. p.4),

Desse modo, ainda segundo o autor, entre os anos de 1925 à 1927, a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) adquiriu uma área de 515.000 alqueires de terra. Esta empresa é, na verdade, controlada por outra, chamada Paraná Plantations Syndicate, sediada em Londres. De acordo com ARIAS NETO (2008) a constituição da CTNP está relacionada à Missão Montagu vinda ao Brasil em 1923, com seu conhecido membro e diretor da Suddan Cotton Plantations Syndicate, Lord Lovat com o intuito de estudar a aplicabilidade de capitais dessa companhia inglesa no Brasil. Conforme o historiógrafo:

No período de sua estada no Brasil, Lovat viajou pelo Norte do Paraná a convite de fazendeiros estabelecidos na região. Estes procuraram atrair a atenção da missão inglesa para a nova área de cafeicultura através de artigos publicados no jornal O Estado de São Paulo. (ARIAS NETO, 2008. p.4)

E ainda segundo a reflexão de ARIAS NETO (2008) a intenção da CTNP ou da Paraná Plantations Syndicate era a implantação de uma "plantation algodoeira", mas a aquisição das terras acabou por inviabilizar a formação dessa rede de suprimento de algodão, pelo capital empregado na compra de terras, tirando o intuito inicial desta empresa para com as terras situadas entre os rios Paranápanema, Ivaí e Tibagi. E para recuperar assim o investimento realizado e acumular capital foi empreendida a divisão ou o loteamento de terras para venda.

Inferindo acerca o processo de colonização ocorrido no norte do Paraná, mais especificamente na região de Londrina, CANCIAN (1981) a entende como uma colonização dirigida, por meio de pequenas e médias propriedades. Caso diferente do ocorrido no chamado Norte Velho em Venceslau Braz e de Jacarezinho, que por serem territórios oriundos de ocupação espontânea abarcavam a concentração das

grandes propriedades. Enquanto que no processo de colonização ou reocupação de Londrina brota a ideia de repartição de terras, conforme aponta ARIAS NETO (2008. p.4):

Num primeiro momento, a CTNP pensou em dividir as terras em grandes lotes e em seguida, quando já se processava a ocupação da região e a cidade de Londrina já havia sido fundada, surge a idéia - baseada na experiência holandesa - de reparti-las em pequenos lotes.

Por conseguinte este plano de colonização dirigido apontado por ARIAS NETO (2008), o complexo inglês adquiriu ainda em 1928 a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná que interligava a cidade de Cambará à Ourinhos. Tal companhia foi estendendo seus trilhos para Londrina em 1935, e com isto tendo em seu domínio as faixas de terras para negociação e a linha ferroviária para seu acesso e deslocamento, tanto de mercadorias, produtos e pessoas.

A CTNP, com o acesso através da ferrovia e com sua propaganda para a venda de terras, que circulava tanto em jornais e revistas de grande destaque nacional e no exterior possibilitou atrair o máximo de pessoas para a região. Isso ocorreu por intermédio de corretores de venda de vários países estrangeiros, formando colônias de várias nacionalidades e galgando assim um maior ganho em menor espaço de tempo.

A atuação do empreendimento inglês da CTNP baseada na propaganda, esta propaganda que era calcada, é claro, na fertilidade da terra, sendo a terra roxa o principal fator de fomento propagandístico. Se pode elucidar o quão eficaz foi à propaganda empregada pela CTNP para a formação da região de Londrina, sendo ela considerada a "capital", que de patrimônio à elevação para a cidade ocorreu em um período curtíssimo de tempo, demonstrando seu enorme progresso advindo da extrema fertilidade da terra.

Considerando a propaganda da CTNP e seu conteúdo, conforme ARIAS NETO (2008. p.9), "[...] Todos os atributos da terra: a exuberância, a fertilidade, a facilidade do transporte, a pureza de suas águas são características do norte do Paraná. [...]". Conteúdo este produzido originalmente pela CTNP por meio de suas propagandas seria reaproveitado pelos cafeicultores e conseqüentemente pela cafeicultura, após o ano de 1943, devido ao processo de mudanças políticas que ocorreu entre 1939 a 1943, com a desarticulação do complexo inglês da CTNP.

A fertilidade da terra como elemento propagandístico principal, concebeu o embasamento para a interligação entre a cidade e o campo. O campo neste

conjunto foi representado pela fertilidade da terra, e a cidade como um marco de progresso dentro deste aspecto rural, representando os avanços proporcionados pela incrível produtividade da terra, sendo seu fruto e refletindo seu progresso em sua organização e planejamento.

Elucidando esta correlação entre cidade e campo ARIAS NETO (2008. p.11), aponta que “[...] Ao longo do tempo, o campo e cidade vão adquirindo, cada qual, significações específicas: o campo é a terra fértil, local de trabalho, fonte de riqueza; a cidade é a sede jurídica, administrativa, planejada urbanisticamente [...]”. A cidade então é a consequência da magnitude das terras do Norte do Paraná, atuando como o produto grandioso e propiciado pela terra fértil.

É nessa conjuntura que se desenvolve a consequente identificação rural à Londrina e ao norte do Paraná, elemento primordial para a formação contextual da cafeicultura para com a cidade de Londrina e região norte paranaense. Vemos que é inegável a presença de elementos rurais contundentes, produzidos pelas propagandas da CTNP, no que diz respeito aos apanágios da terra.

Desde seu nascimento a cidade de Londrina e a região norte do Paraná foram correlacionadas pela exuberante cultura agrícola. Segundo ARIAS NETO (2008) a região que foi constituída pela empresa particular (CTNP) dentro do seu plano de colonização (reocupação), continha um aparato propagandístico com ênfase no que se refere à fertilidade das terras congruentes para qualquer tipo de cultura agrícola, e “que se plantando tudo dá”, para assim atrair pessoas. Nisto evidenciam-se traços de ligação com a terra, que posteriormente serão aplicados, porém, resignificados pela cultura cafeeira a partir da metade da década de 1940.

Assim a recém-reocupada região seria caracterizada pelo seu rápido avanço ou progresso possibilitado pela ação dirigida de colonização. De 1934 até 1948 a CTNP e seus diretores estabeleceram o monopólio político e administrativo da cidade de Londrina e região. O monopólio era exercido em vários espectros, no que diz respeito aos aparelhos de serviço para com a cidade, e seu funcionamento como um todo. Em vista dessa perspectiva de monopólio de serviços, ARIAS NETO (2008, p.29), ressalta que:

Para se ter idéia da dimensão do poder adquirido pela CTNP, é necessário evidenciar que toda a área do município esteve sob seu domínio político até a deposição de Davids, sendo que seu primeiro desmembramento ocorre somente em 1943. Além disso, estão sob seu controle direto ou indireto, através das propriedades da CTNP, da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná [...] da Prefeitura Municipal [...] o serviço de transportes (ferrovias,

carroças, charretes, jardineiras), o abastecimento de água e de luz, as comunicações telefônicas e telegráficas [...] além, é claro, do veículo de comunicação escrita mais importante da época, o Paraná Norte, formador de opinião pública local.

Tendo o controle administrativo e do aparato de serviços básicos da cidade, a CTNP, como aponta o autor, potencializou sua influência na estruturação do centro do seu campo de atuação. O vertiginoso crescimento da cidade e da região, iniciado com a sua reocupação em 1929, e sua elevação a município em 1934, mostra o quão eficaz foi a proposta da propaganda empreendida pela CTNP.

Entretanto atualmente podemos perceber vários elementos ligados à cafeicultura pelos espaços da cidade, como o Estádio do Café, o cineteatro Ouro Verde. A CTNP fazia menção sobre as potencialidades da terra, da cidade de Londrina e norte do Paraná, no entanto, esses elementos da cultura cafeeira dispostos posteriormente pela urbe são explicados historicamente, pois, conforme ARIAS NETO (2008. p.14) aponta: "[...] Somente anos mais tarde é que o Norte do Paraná e a cidade de Londrina foram identificados ao café, transformando-se assim no Eldorado cafeeiro. [...]". A propaganda com seu ponto preponderante na terra e a riqueza agrícola em geral forneceu todo o embasamento no que se refere à posterior relação do café para com o município. ARIAS NETO (2008. p.17) mostra que essa identificação se dá por meio de expressões de sentimentos acerca da terra vindos de quem tinha uma relação com ela. Conforme o autor:

[...] é o sentimento dos homens e das mulheres que vivenciavam a fertilidade da terra que até então só conheciam em contos de fadas. [...] Sentimentos e significações, imagens e associações que perduram nas ruas, praças e monumentos da cidade [...] no pensamento político e na memória de seus habitantes.

Esses sentimentos apresentados pelo historiógrafo refletem o caráter de município que a cidade de Londrina adquiriu. E a partir da criação da municipalidade em 1934, a CTNP que ainda não possuía o domínio político da região era o elemento que faltava para o controle em absoluto da cidade em 1935. A CTNP conseguiu com a eleição de Willie B. Davids para prefeito, este, sendo diretor da CTNP, permaneceu no cargo até 1940, atribuindo o monopólio político no município de Londrina e região à CTNP.

A interligação entre campo e cidade veio dessa dinâmica de relação com a simbolização mútua executada pelo monopólio do grupo inglês. A CTNP permanentemente tentou se alinhar aos interesses do governo Federal e também delimitou sua ação dentro do governo Estadual, cujo escopo era promover a

civilização e o progresso da região. O foco central da propaganda da CTNP era a ideia da “Terra de Promissão” (ARIAS NETO, 2008), que serviu como base para o que TOMAZI (1997) denominou como escamoteamento do violento transcurso de reocupação e instauração deste processo de colonização dirigido. Isso se deu com o uso de força policial particular mantida pela referida companhia para com os ocupantes ou posseiros, e indígenas que estivessem na área adquirida pela CTNP.

Abafando a repressão da mão-de-obra na fronteira em movimento, e referindo-se ao molde de colonização em pequenas propriedades, ARIAS NETO (2008. p.49) afirma que:

A imagem da Terra de Promissão, composta também pela pequena propriedade, constituiu-se na estratégia de legitimação da repressão econômica da mão-de-obra na fronteira através do crédito limitado, com intuito de, por meio da incorporação do trabalho à terra efetivada pelos pequenos proprietários, promover uma valorização dos lotes a serem vendidos e, ao mesmo tempo, consolidar "o desbravamento e a implantação de uma nova sociedade" como fator de atração para grandes ou pequenos compradores de terra.

Com o monopólio político e econômico a CTNP, segundo ARIAS NETO (2008), busca legitimar socialmente suas ações por meio da propaganda e da ideia de Terra de Promissão aliada ao governo central. Vemos a presença dessa ideia de terra promissora durante o governo Vargas em 1937. Tal presidente consegue dar o golpe de Estado e instaura o Estado Novo, que agiu dentro da perspectiva da Marcha para Oeste produzida por Cassiano Ricardo, em 1938. Cabe ressaltarmos que nesse momento aparece a imagem do bandeirante construída dentro do espectro da colonização das novas regiões ao oeste.

A CTNP procurou alinhar-se ao novo regime justificando sua ação e seu monopólio, escondendo as relações de repressão da mão-de-obra e restrições para com os pequenos proprietários. Apesar da constituição da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) os direitos trabalhistas não foram estendidos aos trabalhadores rurais, e segundo Irineu POZZOBON (2006), isso possibilitou a manutenção das antigas relações de trabalho e exploração da mão-de-obra. Além de que também conservou a prática e a relação de colonato, fazendo perpetuar-se, desta maneira, a memória agrícola e cafeeira.que de acordo com Pierre NORA (1981) se referem às memórias relacionadas com as lavouras de café e os chamados "enxadas".

Sobre as imagens produzidas pela CTNP, observemos que ARIAS NETO (2008. p.56) as elucida a seguir:

As imagens terminam por produzir um jogo de identificações que une a CTNP, o município e o Estado Novo em torno do ideal de paz social, trabalho e progresso econômico, no caso, identificado à riqueza agrícola cuja fonte primordial é o trabalho na terra. [...] através do trabalho, as riquezas naturais do norte e a fertilidade da terra, em ouro. [...] Desta época em diante, os cafeeiros emergem da terra como o ouro que tingem de verde os horizontes - oferecendo aos olhos dos contemporâneos um espetáculo de cores ao contraste com o vermelho da terra e o azul do céu na região em que homens e cafezais marcham obedecendo ao ritmo solar. [...] Essas associações permanecem ainda em nossos dias, nas representações da cidade e do campo no Norte do Paraná, tendo portanto, sobrevivido muito além do Estado Novo.

Ainda de acordo com ARIAS NETO (2008), em meio à constituição desse jogo de identificações, a CTNP sofreu uma série de reveses a partir de 1939, que acarretaram na desarticulação de todo o complexo político-econômico originado no final dos anos 20 e começo dos anos 1930, com a nacionalização da referida Cia em 1943-4, e com a morte de Willie Davids em 1944.

A CTNP é adquirida pelos grupos Vidigal/Mesquita, de São Paulo e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná foi repassada para o Governo Federal sendo integrada à Rede Viação Paraná-Santa Catarina. Com a observação de uma nacionalização da companhia nesse processo, ARIAS NETO (2008) aponta que os interesses do grupo nacional foram canalizados para as fronteiras e as vendas de lotes da região de Maringá.

Assim quando se dá à desarticulação do complexo inglês em 1944, conforme ARIAS NETO (2008. p.64),

[...] No final da Guerra, em 1945, os preços dispararam, gerando as primeiras fortunas, principalmente em Londrina. A fama das terras roxas associaram-se à riqueza do café, atraindo milhares de pessoas que foram atrás do dinheiro sobre o qual, naquelas terras, começava-se a andar.

Justamente na eleição em 1947, os cafeicultores na figura de Hugo Cabral (fazendeiro de café), chegam ao poder, e a região segundo ARIAS NETO (2008) é caracterizada pelo Eldorado Cafeeiro, sendo esta uma nova concepção de progresso e gerando desta forma a figura do pioneiro mostrado no discurso das elites dos anos 1950 e 1960. Neste momento com o estímulo e salvaguarda de seus interesses no que tange a cafeicultura, para CANCIAN (1981) as lavouras cafeeiras em crescente aumento, seja no seu preço de mercado ou na quantidade de cafeeiros plantados, criaram "ilhas" de monocultura nas regiões do norte do Paraná, praticamente em seu todo monocultural, e em torno da cultura do café.

Apesar do predomínio do café e suas vastas plantações, constantemente houveram extensões de pastagens e também culturas intercalares (arroz, feijão,

trigo, milho, mamona, alfafa). De acordo com CANCIAN (1981. p.87), aludindo sobre a diversificação agrícola:

[...] a colonização dirigida, através de grandes empresas, ao promover a pequena propriedade, facilitou a diversificação agrícola, preponderando, pois, as culturas temporárias, embora, como já foi visto, fosse Londrina a maior responsável pela expansão cafeeira (índices de 873,6 em 1942 e 960,0 em 1945).

Sendo assim os preços altos do café fomentavam um predomínio da cafeicultura sobre as demais, no entanto, as culturas temporárias estão intimamente ligadas às lavouras cafeeiras, e tratando disto POZZOBON (2006) salienta que seja para a subsistência do colono ou como uma espécie de “complementação no contrato” do sistema de colonato.

Como o sistema de colonização dirigida feito pela CTNP e empresas similares, com pequenos lotes, havendo, claro, menor investimento seja para maquinários e estruturas construídas, forma-se um aparato de beneficiamento de culturas. Conforme POZZOBON (2006) tal aparato faz com que o café tivesse intermediários para o seu beneficiamento, além dos fazendeiros (grandes fazendeiros, que em geral possuíam maquinários para beneficiar o café) e corretores de venda ou comerciantes para a venda do produto referido, outros personagens como ensacadores, catadeiras e sitiantes. Dessa maneira vemos que há uma ligação do município e da região com a riqueza gerada pelo café, advindo das pequenas, médias e grandes propriedades sendo o principal elemento da economia regional.

Esta imagem do “Eldorado” ou “Ouro-verde” se deve ao fato, conforme Arias Neto (2008), da construção da imagem do progresso e da prosperidade provinda da cafeicultura. Reforçando isso TOMAZI (1997, p.180), ressalva que:

Como se pode perceber, os elementos essenciais daquilo que se continuará a falar, por mais já estavam presentes nesses excertos [...] além da ideia de construção do futuro, na possibilidade de se encontrar, finalmente, o Eldorado. [...]

Esse movimento de ideias permeado pela cafeicultura ocasiona em um em um deslocamento de um enorme número de pessoas para a região norte do Paraná. CANCIAN (1981. p.90) apresenta dados sobre essa imigração à região norte do Estado “[...] A população das áreas cafeeiras, abrangendo o Norte Pioneiro, Norte Novo e Novíssimo, em 1920 era de 72.627 habitantes, passando em 1970 a 4.428.010 habitantes, num incremento de 6,096,9%”.

E a cafeicultura norte-paranaense segundo CANCIAN (1981) com seus preços ascendentes tomou um grande impulso na década de 50 alcançando na década de 60 sua fase mais dinâmica ultrapassando a produção paulista. Em meados de 1960 a cafeicultura enfrentou alguns empecilhos, como a superprodução, e também a erradicação de cafeeiros. De acordo com CANCIAN (1981. p.92), "[...] em 1965 com programas de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desviava-se novamente para o Norte Novo, de terras mais próprias ao cafeeiro".

As geadas em si foram contratempos para a cultura cafeeira, mas na geada de 1953, por exemplo, não foi um fator negativo isto por que segundo CANCIAN (1981) as geadas ocorridas em 1953 alavancaram ainda mais os preços, e apesar da destruição causada nas lavouras, impulsionou os novos plantios.

Cabe lembrar também que café não obteve plena exclusividade em comparação a outras culturas, pois de acordo com CANCIAN (1981) o café se desenvolveu em conjunto com as culturas temporárias e pastagens, havendo sempre uma produção paralela ao café e ainda neste contexto, conforme CANCIAN (1981. p.95), a alteração e,

[...] As modificações que ocorreram e que caracterizaram cada um desses momentos (1940, 1950, 1960, 1970) foram ocasionadas pelo comportamento do mercado cafeeiro, especialmente no que se relaciona aos preços, e pela itinerância do café no próprio Estado. [...]

Para qualquer efeito o preço é o principal fator para qualquer cultura. Nesta conjuntura foram os cafeeiros os beneficiados, e após duas décadas outras culturas como a soja e o trigo serão favorecidas pelos altos preços. Segundo CANCIAN (1981. p.105) essa presença de culturas diferentes faz com que se diversifiquem as plantações, pois,

[...] com tendência monocultora quando os preços estavam altos, perdurando até os programas de diversificação promovidos pelo GERCA. [...] Tudo indica que os empresários agrícolas buscavam acima de tudo o lucro, desviando--se para as atividades mais rentáveis no momento. [...].

Se os preços da cultura cultivada são satisfatórios, temos o aumento de sua produção, induzindo-a praticamente à monocultura. Os obstáculos que a cafeicultura atravessou em meados dos anos 60 e 70, a aplicação da legislação trabalhista no campo, a superprodução, racionalização e diversificação promovidos pelo GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) órgão adjacente ao IBC (Instituto Brasileiro do Café), propiciaram a diversificação das plantações, e segundo

CANCIAN (1981) seja incentivando e possibilitando a erradicação e substituição dos cafezais, para formação de pastagens e outras culturas, visando uma cultura que viesse a substituir o café.

Neste entremeio de transformação das culturas agrícolas orquestrado pelo GERCA, CANCIAN demonstra que (1981. p.137) "[...] Nesse caso, a política agrária do GERCA nada mais foi que o fomento de uma tendência pré-existente. [...]". Nesse período houve também a luta pela sindicalização dos trabalhadores rurais, estes que fizeram com que houvesse a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores da terra.

O efeito desse movimento foi o aparecimento de um novo personagem no campo, o chamado trabalhador volante ou vulgarmente conhecido como "bóia-fria", e o conseqüente aumento do custo da mão-de-obra, que já estavam sendo substituídas por maquinários agrícolas em diversas culturas, e neste âmbito de diversificação de culturas, o café e a cafeicultura deixaram de ser atraentes, pois seus custos de produção eram caros e pouco rentáveis, diferente das chamadas "culturas brancas" como trigo e a soja, que poderiam ser quase que completamente automatizadas, ou seja, tendo baixo custo de produção e sendo altamente rentáveis.

Portanto em 1975, ano em que ocorreu a "geada negra" em 18 de junho, exterminando os cafezais da região norte do Paraná, não foi a geada o principal motivo para o fim da cafeicultura norte-paranaense, ela só foi um estopim de uma tendência diversificadora, onde já havia o estímulo para a criação de outras culturas agrícolas, e sobre isto cabe considerar uma opinião de CANCIAN (1981. p.137) que expõe e sintetiza o que se sucedeu "[...] Em 1970 o café estava em plano decididamente secundário. Era apenas sombra do que fora. [...]".

## **2.2 A geada negra de 75 e a imprensa: marcos e vozes.**

O nome *geada negra* provem dos danos causados às plantas atingidas, que adquirem a coloração marrom por causa da queima causada pelo frio extremo combinadas com rajadas de vento, fazendo com que os cafeeiros, ou qualquer outra planta seja queimada por completo, atingindo até os troncos dos cafezais. As geadas incidiram sobre o estado de São Paulo, sul de Minas Gerais e Mato Grosso, além do Paraná incluindo Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao analisar os

desdobramentos da geada pela imprensa pretende-se delimitar as memórias produzidas em torno da ocorrência da geada da madrugada de 18 de julho de 1975.

Os jornais que serviram de esteio para a análise são: *Folha de Londrina*, e *Panorama*. Apresentando os jornais na ótica de TRIGUEIROS FILHO e TRIGUEIROS NETO (1991) observemos que a *Folha de Londrina* teve a sua primeira tiragem em 1947, e foi composta na oficina do Paraná-Jornal. Seu diretor-presidente foi João Milanez, sendo o jornal que se consolidou na cidade e está presente até os dias atuais. Enquanto que o *Panorama* se trata de outro periódico analisado circulou pouquíssimo tempo comparado à *Folha de Londrina*, de março a outubro de 1975, e seu proprietário Paulo Pimentel já detinha dois órgãos de imprensa na capital “O Estado do Paraná” e o “Tribuna do Paraná” além de estações de televisão e rádio.

A análise partiu dos dias 18 até dia 31, ambos os jornais circulavam no período quando o fenômeno climático ocorreu no corrente dia 17 e madrugada do dia 18 de julho ficando marcado como “o fim de um ciclo” que a cidade de Londrina e região norte do Paraná conheceram bem: O ciclo do café, e da cafeicultura. Neste fim, podemos observar diferenças, pois, para alguns foi o término e para outros apenas uma adversidade.

Nossa análise está fundamentada nos procedimentos metodológicos indicados por Tania Regina DE LUCA (2005, p.140), de acordo com a autora:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica/atenta para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas inteiras.[...]

É com este intuito de identificar as memórias acerca da geada negra de 1975 no que diz respeito ao destaque do acontecimento, que objetiva-se poder identificar “as vozes” contidas nas reportagens dos jornais, pois a cidade de Londrina nesta época ainda respirava o espírito do Eldorado Cafeeiro apontado por ARIAS NETO (2008) que analisa em sua obra os engendramentos políticos, econômicos e sociais até 1975.

No referido mês de Julho de 1975 ou como podemos inferir até mesmo no ano de 75 a cafeicultura já passava por revezes que a fizera perder força no que se refere a baixos preços e volume de produção cafeeira realizada na região de

Londrina e norte do Paraná. Tais fatores desestimulantes da cafeicultura foram demonstrados no primeiro subcapítulo, no qual são elencados os acontecimentos e suas consequências de forma breve.

Ao observarmos os jornais durante o período, vemos que quando se sucederam as geadas do dia 17, 18 e 19 tanto a Folha de Londrina, quanto o Panorama o noticiaram tentando assim expor o episódio que modificaria de vez a cidade de Londrina e conseqüentemente o norte do Paraná. Nesta tentativa de expor os quadros advindos da geada negra, no que se refere ao entrecruzamento de relações entre acontecimentos marcantes e grupos, Maurice HALBWACHS (2004) aponta que:

Nos entrecruzamentos dos tempos sociais onde se situa a lembrança, respondem os entrecruzamentos do espaço, quer se trate do espaço endurecido e “cristalizado” [...] quer se trate das extensões reais nas quais os grupos fixam, provisória ou definitivamente, os acontecimentos que correspondem suas relações mutuas com outros grupos. (HALBWACHS 2004, p.16)

Quando observemos o apontamento de HALBWACHS (2004) adquirimos uma influência para a nossa análise. Inicialmente percebemos que ao fixar definitivamente o fenômeno climático ocorrido nas páginas dos periódicos em questão delimitaram-se as relações mutuas entre cidade e campo, e entre a economia da região de Londrina e norte do Paraná com a cafeicultura ou cultura cafeeira, sendo o principal assunto discutido e noticiado após o seu acontecimento.

O que se percebe ou nota-se nos jornais é a profusão dos danos causados à agricultura e mais notadamente a cafeicultura. No dia 18 não se fala profundamente sobre os efeitos nocivos da geada, e quando se expõe as decorrências dela, os respectivos produtores dos jornais são representantes de entidades que possuem espaço para explicitar os danos causados à cafeicultura, e provavelmente a quebra da safra seguinte e o aumento do preço do café na bolsa de Nova York.

Observemos, inicialmente um periódico da *Folha de Londrina*, (***Geada Paralisa o mercado do café***) publicada no dia 18 de julho, dia em que na madrugada incidiu-se a geada sobre praticamente todo o território do estado do Paraná, acompanhemos a matéria:

As primeiras informações sobre a ocorrência de "geada negra" no Norte do Paraná, ontem, foram seguidas de especulações no mercado, o Centro do Comércio do Café do Norte do Paraná e outros órgãos ligados ao setor receberam insistentes chamadas de Santos, dos exportadores que, por sua vez, eram chamados a informar à praça de Nova York.

Não Houve negócios de café ontem me Londrina, o mesmo tendo ocorrido nas demais cidades da região. Comerciantes consideraram absolutamente aceitável essa retração, já que a tendência, como sempre é aumentar o preço do produto. à medida que aumenta a probabilidade de ocorrência de geadas, principalmente porque, nas últimas horas, os prognósticos devam como certa a incidência do fenômeno.

#### Reação Imprevisível

Para João Moreira e José Ovidio dos Santos, do Centro do Comércio do Café do Norte do Paraná, ainda são imprevisíveis os efeitos, a nível de mercado, de uma geada "que merece estar bem próxima". Advertem, todavia que, para efeito de preços, não se deve esquecer que a produção mundial de café ainda é a maior que o consumo e que "a geada só atingirá o Paraná ou o Brasil, não frustrando as safras dos demais países produtores".

Acrescentam que esta não seria a primeira e nem a última geada a atingir a cafeicultura do Paraná, lembrando que ainda temos um remanescente da safra anterior, para ser vendido.

#### Lado Positivo

A ocorrência de geada não seria totalmente negativa, na opinião de Moreira e Ovidio, porque se de um lado traz grandes prejuízos paras as lavouras, provoca, paralelamente, o apressamento da erradicação de cafeeiros velhos. "Quem está indeciso quanto a substituição de velhas lavouras, tomará uma decisão. Assim, haverá aumento substancial de novas plantações".

#### Geada Negra

Em algumas áreas, principalmente nas baixadas, os novos cafeeiros foram atingidos ontem de manhã e à tarde, pela geada negra, informaram alguns sitiantes. Ainda não é possível precisar a área e a percentagem atingida. (Em Umuarama, segundo informação do CCCNP às 17h30m, de 20 a 30 por cento dos cafezais foram atingidos pelo fenômeno).

A geada negra, segundo os técnicos, se "explica pela maneira insidiosa com que agem os ventos frios e as temperaturas em volta de 5 graus centígrados acima de zero, (ontem durante o dia a média foi 3) que provocam grandes distúrbios ao cafeeiro quando ele é assim fustigado durante algum tempo." Mesmo que a temperatura não chegue a cair ao ponto crítico do congelamento da seiva, a queima dos tecidos expostos se processa lentamente, tendo, como consequência, a destruição da clorofila. As folhas passam murchar e, dias depois, caem. A característica principal da geada negra, a manifestada em Londrina e possivelmente em toda a região, ontem e nesta madrugada, são os ventos fortes e, neste caso, atingem também as lavouras de alta topografia, não respeitando as regiões ecologicamente protegidas.

#### Café novo é vulnerável

De acordo com dados do Serac do IBC, o Paraná possui cerca de 150 milhões de pés de café, plantados nos últimos cinco anos, dentro do plano trienal de revigoramento do café. Os técnicos admitem que os cafeeiros novos, ainda em formação são os mais vulneráveis, qualquer que seja o tipo de geada. Isso já ficou caracterizado no mês passado, em que houve ligeiro queima nas baixadas, com uma temperatura de 3 a 4 graus. (Geada Paralisa o mercado do café. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975. Caderno O tempo, p.6.)

No trecho elucidado acima, observemos primeiramente que há a exposição de líderes de entidades ligadas à cafeicultura como a CCCNP (Centro de comércio do café do Norte do Paraná) e IBC, que notadamente referenciam o estrago causado à safra do ano seguinte, e os prejuízos advindos da geada, na agricultura e mais especificamente à cafeicultura norte paranaense.

Outra observação pertinente é a de que não é ingenuidade pensar que quem sofreu os males causados pela geada negra foram os grandes produtores, assim como não é errado em se supor que os trabalhadores rurais foram os mais atingidos pelos efeitos da geada negra, no entanto, também notamos que a matéria não se refere em momento algum ao agravamento e às complicações do trabalhador rural na sua condição e qualidade de vida.

Na matéria também não há um espaço atribuído às opiniões ou pronunciamentos de trabalhadores ou líderes sindicais sobre o ocorrido e suas consequências com relação à camada de trabalhadores rurais. De acordo com TOMAZI (1997) o escamoteamento é proposital, pois, a identificação da região em todos os espectros no que diz respeito à cafeicultura é para com o fazendeiro ou grande produtor, relegando o trabalhador rural a importância somente quando o cafeicultor, ou seja, o grande proprietário em raras exceções ressalta a sua importância para com a região.

Esta identificação do café para com a região, e conseqüente ao cafeicultor, como aquele indivíduo bem sucedido que colheu os frutos de um trabalho árduo, o qual ARIAS NETO (2008) ressalva como um indivíduo que através desta empreitada “venceu” e fez fortuna, esconde toda a exploração da mão-de-obra ocorrida até mesmo meados da década de 1970, na figura do trabalhador volante ou boia-fria.

Em vista desse engendramento da imagem do lavrador, e a conseqüente identificação da região com o café ou a cultura cafeeira, calcada na ideia do trabalho, TOMAZI (1997, p.60) destaca que:

A partir da idéia de trabalho, o autor [Eduardo Afonso] homogeneiza a realidade na medida em que todos aparecem como trabalhadores, não havendo diferença entre trabalhadores que só tem a força de trabalho e aqueles que além do trabalho próprio tiram parte do produto do trabalho de outros para enriquecerem.

Enxergamos, a partir da visão de TOMAZI (1997) que as relações entre patrões e empregados encobertas e caracterizadas com o mesmo termo foram

determinantes para a correspondência da cafeicultura e do café para com a região, levando consigo toda a significação da cidade de Londrina e região norte do Paraná.

Em vista dessas reflexões chamamos a atenção agora para um periódico publicado também no mesmo dia que o anteriormente visto: do jornal *Panorama* (**O café foi atingido; só falta saber quanto**). Nesse trecho é apresentada a opinião impressa por um cafeicultor da região, Carlos Antonio Franchello. Atentemos-nos para tal matéria abaixo:

#### O Fim do Café

E não apenas os fazendeiros do Norte Pioneiro está receiosos: em toda região Norte e Norte Novo, o medo da geada é o mesmo, principalmente entre os cafeicultores. Todos temem pela safra do próximo ano: "que poderá ser derradeira, segundo Carlos Antonio Franchello.

- Com a geada a safra vai acabar mesmo. O jeito é a pensar em outra coisa para plantar. Franchello, cafeicultor há 32 anos, lembra que o Paraná "foi feito graças ao café". Atualmente, ele mantém juntamente com mais dois irmãos, uma fazenda em Rondon, perto de Cianorte (onde a temperatura chegou a apenas 4 graus durante a tarde de ontem), com uma plantação de 230 mil pés de café. Diz que não pode fazer nada:

- Quem pode fazer alguma coisa é o Governo. Tanto o Estadual quanto o Federal podem ajudar. Com a geada, o Norte vai sofrer consideravelmente: não só os lavradores mas o comércio todo. Agora, é preciso que eles tomem outras medidas de incentivo senão desta vez, vai ser o fim do café. (O café está atingido; só falta saber quanto. **Panorama**, Londrina, 18 jul. 1975. Frio, p.7.)

Em uma primeira observação vemos que tal trecho salienta os efeitos oriundos da geada negra ocorrida na madrugada. Cabe lembrar que tal cafeicultor lembra o sofrimento dos indivíduos que não são lavradores pela decadência do café (**o Norte irá sofrer consideravelmente não só os lavradores, mas o comércio em seu todo**) e termina mencionando as medidas de incentivo devem ser tomadas para que não ocorra "o fim do café".

Apesar de uma referência do texto aos lavradores e o comércio, nos cabe inserir um questionamento: onde se encontram resguardados os interesses dos trabalhadores rurais da região de Londrina e norte do Paraná, quando somente os abastados tem nos jornais o lugar para expor sua opinião? Sabemos que o jornal é um espaço de memória circunscrito nas figuras ilustres de grandes produtores, segundo Pierre NORA (1981, p.13) "[...] E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sob focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. [...]"

Ao também explicitar opiniões de um grupo restrito, os jornais de acordo com DE LUCA (2005, p.140), bem como as revistas também:

[...] não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregaram pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. [...]

A partir dessa concepção do caráter múltiplo da presença de crenças e ideias que o jornal permite expor, aqui o que se busca difundir é que se o grande cafeicultor perde toda a sociedade Londrinense e norte paranaense quebra economicamente, como vemos na matéria de jornal acima. Em tal matéria também observamos que está havendo no cenário do café na região uma junção de problemas de grupos sociais distintos, tais problemas são materializados na situação ruim do grande produtor de café.

Essa imagem do cafeicultor e do cenário do café é mostrada como algo que remete-nos a uma lembrança. Em vista disso HALBWACHS (2004, p.32) aponta que “Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida.” Ressaltamos, desse modo que a geada negra foi representada pela quebra do grande cafeicultor, e não pelas mazelas que causaria aos trabalhadores rurais. Algo que encontramos também no trecho a seguir:

O Paraná e, por extensão os paranaenses, tem fibra e disposição para superar também este desafio. Esta é a base fundamental para tudo o mais. Há, porém, necessidade de recursos, de amparo, de estímulo e incentivo, que as autoridades federais podem oferecer, de múltiplas formas. Isto é absolutamente necessário para que o Paraná possa, de imediato, se lançar à luta para recuperar-se do baque. (Editorial. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. Editorial, Caderno Política, p.2.)

Ao dizer “O Paraná”, podemos inferir que se constata um jogo de identificação da sociedade com a comunidade norte paranaense, tendo nela uma “comunidade afetiva” conforme coloca HALBWACHS (2004). E para que esta identificação bilateral cause sentimentos em todos os espectros e classes sociais, também de acordo com HALBWACHS (2004, p.39), ela é generalizada pelo jornal da região quando se refere à ela como “o Paraná”. Conforme o autor:

[...] É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas se passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser do mesmo tempo reconhecida e reconstruída. [...]

De fato é claro que esta recíproca identificação da região com o Estado do Paraná, em si, traz consigo uma gama de clamores, consoante a isso DE LUCA (2005, p.141) aponta que:

As redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação, estruturação e dinâmica deste. [...]

Em vista desses recortes estruturais acerca da cultura cafeeira, apontamos também que o jornal deixa transparecer fatos que consubstanciaram para a identificação dinâmica determinada pela cultura cafeeira quando noticia a geada negra, pois, foi o Paraná em seu todo que sofreu e sofrerá com as sequelas deixadas na agricultura, e cafeeicultura.

A agricultura, mais restritamente à cafeeicultura em Londrina e região norte do Paraná, foi o embasamento para a perspectiva de progresso que permeou a época do “Eldorado cafeeiro” segundo ARIAS NETO (2008), na formação histórica da cidade dentro de um âmbito nacional. Referindo-se também a esta estrutura histórica Pierre NORA elucida que (1981, p.10), “[...] A história e, mais precisamente, aquela do desenvolvimento nacional, constituiu a mais forte de nossas tradições coletivas, nosso meio de memória por excelência.”

Possibilitando uma compreensão da configuração dos discursos dos periódicos, surge uma pergunta incessante: quais as classes que exprimem opiniões sobre a geada negra nos periódicos? Ao buscarmos respostas para esta questão tomamos como fundamento HALBWACHS (2004, p.37):

[...] Não há motivos, aliás, para se espantar caso essas lembranças se diluam todas ao mesmo tempo e se anulem. É porque formam um sistema independente, pelo fato de serem lembranças de um mesmo grupo, ligadas uma à outra e apoiadas de certo modo uma sobre a outra; e que esse grupo é nitidamente distinto de todos os outros, de modo que podemos, ao mesmo tempo, estar dentro de todos estes, e fora daquele. [...]

Em vista da presença desse sistema mostrado por HALBWACHS (2004), vemos que como as notícias dão conta de dois grupos que fazem parte um grupo maior, nota-se que há uma identificação entre ambas, as atrelando. Dentro da identificação generalizada, “lavrador” há uma referência tanto ao trabalhador rural como ao grande proprietário, detentor da terra à ser trabalhada. Um apoia-se sobre o outro. A abrangência das denominações dos sujeitos mostrados nas matérias caracterizaria toda e qualquer pessoa que teve contato com a lavoura de café.

Os periódicos na ocorrência da geada negra de julho de 1975, reproduziram, que a preocupação dos cafeicultores representaria toda a vontade de uma parte do Estado e quiçá de todo o Estado. A capa do jornal Panorama no dia 20 do corrido mês, faz uma ínfima referência quanto ao trabalhador rural, e quando ele aparece, é geralmente apontando como um “problema social”, pois, a consequência da geada agravaria ainda mais a difícil situação em que já se encontravam milhares de trabalhadores rurais e boias-frias da região e do Estado.

Atribuir voz às memórias daqueles que por sua vez não tiveram frente às dificuldades do dia-a-dia até este momento seria como não se preocupar com a história daqueles que passaram por dificuldades, conforme NORA (1981, p.14) “[...] A necessidade de memória é uma necessidade da história”. Observamos assim, que essa memória acerca dos produtores do café é passível de ser expressa por meio desses jornais locais. Segundo DE LUCA (2005, p.139)

[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

A questão a ser levantada de acordo com DE LUCA (2005) mostra que as funções e lugares sociais desses impressos, notadamente, ressalvam a situação do cafeicultor e apontam o infortúnio do trabalhador rural (em suma maioria os bóias-frias). Se valendo dessa concepção tentamos conferir se há nos periódicos, de fato, um parecer que descrevesse a situação do trabalhador rural em exercício. Para tanto levamos como base a concepção de NORA (1981). De acordo com NORA (1981, p.19), “[...] Toda a nossa dinâmica de nossa relação com o passado reside nesse jogo sutil do impenetrável e do abolido. [...]”

Não obstante esse processo de retomada da situação dos grandes cafeicultores, podemos analisar nos periódicos sobre a geada negra a não existência de um lugar para serem expostos os dizeres dos trabalhadores rurais sobre a geada, ao contrário dos grandes cafeicultores. Mas também cabe ressaltar que mesmo que houvesse a presença de várias perspectivas, haveria uma semelhança. O que ocorre é o mesmo acontecimento com perspectivas parecidas, divergentes nos danos causados e iguais por um fator em comum, sendo impossível desassocia-los quando questionados. Ressaltamos uma visão, a de HALBWACHS

(2004, p.38), acerca dos depoimentos que também emitem algumas perspectivas.

Conforme o autor:

[...] não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que [...] recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. [...]

Em comum a este fundamento é o impacto causado pelas geadas ocorridas no dia 17, e madrugada do dia 18 de julho de 1975, dias nos quais há um esboço de forma efêmera sobre os ocorridos para com os trabalhadores rurais, e um adiantamento de processos e consequências ao devir da agricultura paranaense. Encontramos essa situação apresentada no trecho a seguir, por exemplo:

Ontem o governador passou parte do dia conversando com alguns secretários tentando encontrar soluções para os problemas sociais que surgirão com a erradicação de cafeeiros, iniciada logo depois dos resultados catastróficos da geada. Por enquanto, nenhuma medida de repercussão foi adotada, tanto pelo governo do Estado, como pelo Governo Federal. (Agora, apurar os estragos. **Panorama**, Londrina, 21 jul. 1975, p.9)

Em suas visitas as regiões atingidas pelas geadas, o então governador Jaime Canet Junior ao retornar para Curitiba, quando fez um relato a alguns secretários sobre o problema social que se acentuará por conta da erradicação dos cafeeiros, colocava-se como uma relevância social na continuidade da cafeicultura. Isso ocorre com a possibilidade de uma erradicação praticamente total das lavouras cafeeiras, onde haveria a dispensa de um grande número de trabalhadores, o que, estimado por meio dos jornais era um número em torno de um milhão de pessoas. Também vemos que também aqueles que pensavam não ter ligação alguma com a cafeicultura, sentiram os efeitos da geada negra. HALBWACHS (2004, p.38) coloca essa presença da geada como obtendo um valor significativo único para quem viveu a situação “[...] tal lugar, tal circunstância tomavam então [...] um valor que não podiam ter para aqueles que nos acompanhavam. [...]”.

Na época também notamos a presença de diversos memoriais enviados aos órgãos relacionados ao café, um destes foi encaminhado ao presidente do IBC Camilo Calazans, um memorial remetido por Wilson Baggio presidente do Sindicato Rural da cidade de Cornélio Procopio.

Os memoriais enviados eram noticiados por ambos os jornais, pela *Folha de Londrina* e *Panorama* nas coberturas de suas notícias. Nesse contexto, quando houve reuniões importantes com representantes dos órgãos governamentais envolvidos com a cafeicultura paranaense e nacional, os periódicos frisavam as

entregas de memoriais pelos presidentes ou chefes de associações ou cooperativas, contendo geralmente orientações para ajudar a agricultura e a cafeicultura. No memorial de Baggio à Calazans havia sugestões que modificariam o Estatuto do Trabalhador Rural, indo contra a legislação trabalhista vigente sendo algo impraticável.

A modificação referenciada por Calazans contida no memorial encaminhado por Baggio é tocante à remuneração dos trabalhadores rurais, que possibilitava o pagamento dos ordenados dos trabalhadores com parcelas da produção, e não em dinheiro como rege o Estatuto do Trabalhador Rural. Esses pagamentos que em parte eram em dinheiro, e parcelas da produção de uma ou mais culturas é algo que pertencia ao sistema de colonato. Baggio, no memorial, ao propor esta modificação traria novamente um resquício do antigo sistema de trabalho que perdurou até 1963 quando a previdência social foi legalmente estendida ao trabalhador rural. Momento em que o apelo pelo retorno do colonato foi progressivo, para evitar os indesejáveis efeitos que a geada causara a todo o estado do Paraná. Observemos um trecho de uma matéria do jornal *Folha de Londrina*:

#### Não Gostou do Memorial

O presidente do IBC que "não gostou" do memorial encaminhado por Wilson Baggio, de Cornélio Procópio. E um dos pontos do memorial que mais o irritaram diz respeito à possibilidade de os trabalhadores rurais serem pagos em parte com o produto do seu trabalho, e não em dinheiro, mediante uma modificação no Estatuto do Trabalhador Rural segundo propôs Baggio.

"Nossa principal preocupação - frisou Camilo Calazans - é criar condições para que não sejam prejudicados os 200 mil trabalhadores dos cafezais do Paraná e seus dependentes, que somam um total de um milhão de pessoas". Para tanto, segundo esclareceu, "o governo começou a cogitar do financiamento de culturas intercaladas nas plantações de café, e que dariam para manter a renda do cafeicultor paranaense nos dois anos que deve durar a entre-safra".

O presidente do IBC disse que no Paraná as lavouras atingidas pelas geadas precisarão de recepa e de culturas secundárias.[...] (As dívidas do café serão reescaladas. **Folha de Londrina**, Londrina, 22 jul. 1975. Geada, p.4.)

Este antigo sistema de trabalho na conjuntura cafeeira em questão é o sistema de colonato. De acordo com Verena STOLCKE (1986, p.54) essa prática de trabalho faz alusão ao memorial e sua solicitação para pagamentos aos trabalhadores rurais, pois, conforme a autora:

[...] O Colonato deu aos produtores de café uma flexibilidade diante das flutuações de preços que, de outra forma, não teriam. O cultivo do café estava combinado com culturas alimentares. Esse sistema permitia aos

fazendeiros comprimir os salários em dinheiro nas épocas de baixa dos preços do café, sem pôr em risco a oferta de mão-de-obra, possibilitando-lhes, assim, sobreviver relativamente incólumes às sucessivas crises [...]

Mas esta medida proposta serviria pra manter ou perdurar a produção cafeeira norte paranaense? Quem estaria ganhando com esta medida? Pois com este modo de pagamento o cafeicultor poderia se recuperar, e com isto recuperaria também toda a sociedade norte paranaense. Mas no comunicar sobre a geada negra, vemos que ambos os jornais fizeram menção a uma retomada da cafeicultura, para que a sociedade norte paranaense automaticamente se reintegrasse, pois, um e outro estão atrelados. Essa relação pode ser vista como premeditada, conforme o que é explícito no trecho seguinte:

Muitos cafeicultores que vem cortando o café em sua opinião talvez nem façam isso por causa da geada. O corte dos cafezais estava pre-meditado e ia se consumir com ou sem geada, embora, para cada caso as proporções fossem outras e mesmo que as medidas a serem tomadas sejam boas, a erradicação será grande. (Iniciada a erradicação de cafeeiros. **Panorama**, Londrina, 22 jul. 1975. Geral, p.4.).

Cabe lembrar, a partir da leitura desse trecho que a erradicação dos cafezais era algo que já estava ocorrendo por causa de ações promovidas pelo GERCA. Segundo CANCIAN (1981, p.92), há um deslocamento: “[...] em 1965 com programas de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desviava-se novamente para o Norte Novo, de terras mais próprias ao cafeeiro.” Podemos conceber, assim, que a tendência da erradicação já pairava sobre a cafeicultura do norte do Paraná.

O ministro do trabalho Arnaldo Prieto afirmou ontem desconhecer, oficialmente, crise de desemprego no país, em decorrência das enchentes e geadas que atingiram diversas cidades do Nordeste e Sul. Embora tenha determinado a elaboração de um plano de emergência para atender, principalmente, os trabalhadores nas áreas agropecuárias, Prieto não admitiu a existência de desempregados. O Ministro instruiu o secretário do Emprego e Salário, Menna Barreto, no sentido de instalar uma rede de informações junto às Delegacias Regionais do Trabalho, para elaboração de um plano de emergência e combate ao desemprego. O plano atenderá os desempregados do Nordeste, em decorrência das enchentes e do Sul, em virtude das geadas, logo após o recebimento das informações prestadas pelas DRTs de Pernambuco, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com relação a denúncias de que há cerca de um milhão de desempregados na Região Sul, o ministro do Trabalho negou categoricamente que exista informação oficial sobre o assunto. Quanto a um plano estratégico para amenizar a situação aflitiva dos trabalhadores do Nordeste e Sul do País. Arnaldo Prieto afirmou que tudo dependerá das informações que o Ministério receber. (Arnaldo Prieto nega desemprego. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 jul. 1975. Geada, p.6.).

Ainda que houvesse um corpo de entidades e representantes da cafeicultura defendendo sua continuação, até nos dizeres dos grandes fazendeiros, já se constatava que a erradicação causada pela geada negra iria deixar irreparáveis marcas na estrutura social do norte do Paraná. Apesar disto, vemos que o ministro do Trabalho, na época, Arnaldo Pietro, nega qualquer aumento na quantidade de desempregados nas regiões atingidas pelas geadas. Conforme acompanhamos:

Ministro Acha que não haverá desemprego

Curitiba (Da sucursal) - Falando aos repórteres ontem, no final da tarde, no Aeroporto Afonso Pena, o ministro Alysson Paulinelli, da Agricultura, disse que as geadas não provocarão desemprego na região cafeeira do Paraná, Porque será necessário grande volume de mão-de-obra no replantio do café.

Acredita o Ministro que o replantio exigirá muito mais trabalhadores do que a simples limpeza e conservação das lavouras. Além do replantio do café, acha que a mão-de-obra rural será aproveitada intensamente com a cultura do algodão, "que está tendo estímulos com melhores preços".

"Está havendo um pouco de exagero quanto ao problema social causado pelas geadas intensas. Acho mesmo que a coisa não é tão má como estão querendo pintar" - afirmou. (Sugestões para resolver a situação da pecuária. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 jul. 1975. Geada, p.7.)

O trecho citado acima tem um aspecto em comum com o anterior: o aparente desconhecimento ou não reconhecimento do problema social e também o fato do desemprego causado pelas geadas. Apenas quatro dias após o ocorrido, já se começava sentir a repercussão da geada negra em toda cultura cafeeira do norte do Paraná. A finalidade em negar os problemas sobrevividos da geada negra e até mesmo das enchentes no Nordeste ocorre para não causar alarde, e com isto acalantar o quadro pós-geada negra. Isso serve, segundo HALBWACHS (2004, p.29), para não gerar imagens negativas. Conforme o autor:

[...] se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. [...]

Há aqui uma referência da cafeicultura para restauração da sociedade norte paranaense, e até mesmo em sua totalidade paranaense. As abordagens em suma advertem e orientam o Governo e entidades – como também a sociedade – chamando a atenção para os problemas acarretados pela geada negra, para que não haja uma desfiguração da comunidade ante o problema na agricultura, mais estritamente da cafeicultura. Acompanhemos outro trecho presente no jornal *Panorama*:

### Problema Social Preocupa

Apesar dos pronunciamentos oficiais não estarem prevendo uma gravidade muito acentuada do problema social que se criará no Norte do Paraná, após as primeiras dispensas que ocorrerão com a erradicação do café, ontem em Foz do Iguaçu as autoridades estaduais e federais que se reuniram na cidade para uma visita a algumas cidades do oeste que tinham sido muito atingidas pelas últimas geadas, manifestaram-se muito preocupadas e anunciaram que já estão estudando soluções. O governador Jayme Canet Junior, que também é cafeicultor há trinta anos, disse que uma solução seria reter-se a maior quantidade possível dos trabalhadores na próxima lavoura, mesmo que em outras atividades. Como o café continua - acrescentou - todos os trabalhadores não ficarão ociosos, havendo ainda opção de mão de obra na atividade.

Enquanto isso, também ontem em Foz, o presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Mario Stedler de Souza, afirmou que se corre um risco muito sério das principais cidades do Norte do Estado virem a ser invadidas pelo trabalhadores dispensados das lavouras cafeeiras com a erradicação que houver, se não se encontrar um meio para resolver o problema social que certamente irá ocorrer.

Segundo Stadler, deverá haver uma tendência de que o café apenas permanecerá nas pequenas propriedades, que não tem condições de se dedicar a outra atividade.

"Quanto aos grandes proprietários, eles não vão mais optar pelo café devido ao desestímulo que havia no setor antes das geadas e se agravou após o fenômeno".

Alysson Paulinelli, ontem, também se manifestou preocupado com o problema social, mas não acredita que a cafeicultura venha a desaparecer, e anunciou que o Governo Federal também já analisa as possibilidades de vir contornar essa situação.

Mas nas regiões cafeeiras a preocupação é muito grande e as lideranças informam que dificilmente alguma medida poderá empregar os pelo menos 600 mil pessoas que agora dependem do café e que ficarão desempregadas com a erradicação de 50 por cento dos cafezais, que é a mínima feita pelos setores cafeeiros, embora ainda não tenha sido confirmada por fontes do Governo. (Paulinelli diz que a geada não será o fim. **Panorama**, Londrina, 23 jul. 1975. Geada, p.4.)

Percebe-se aqui que os lavradores ou bóias-frias são simplesmente agora um mal, e no momento bem desagradável aos interesses do norte do Paraná, e quiçá para o Estado em geral. O trecho denota a preocupação expressa pelo jornal para com o devir da cafeicultura e conseqüentemente para a sociedade norte paranaense e paranaense, no entanto, praticamente não são explicitadas e viabilizadas as opiniões dos trabalhadores rurais acerca do que pode ser feito para diminuir os efeitos da geada negra em suas vidas. Por ter em si segundo DE LUCA (2005) uma função social e lugar social, os jornais trazem consigo considerações de indivíduos que fazem parte deste social criado pelo "Eldorado cafeeiro" (ARIAS NETO, 2008): os grandes fazendeiros e agricultores, ou seja, grandes cafeicultores.

A continuação da cafeicultura evitaria um êxodo rural que iria inflar as cidades polos como Londrina, pois ainda existia trabalhadores empregados no conhecido sistema de colonato mesmo após a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Agora observemos outro trecho do mesmo jornal:

Não haverá modificação substancial no esquema para a distribuição de verba suplementar de oito bilhões de cruzeiros da secretaria do Planejamento. Segundo o secretário Jorge Wilhelm, a distribuição será basicamente a prevista, com prioridade para os transportes coletivos, que implicará na destinação de uma verba ao metrô. Só um ponto será reforçado, em função da destruição das plantações pelas geadas: a ativação das construções de obras públicas nas regiões mais afetadas como as de Presidente Prudente e Marília, para melhorar a estrutura de emprego local e absorver os desempregados no campo.

Enquanto a secretaria da Agricultura centraliza a coleta de informações sobre os prejuízos provocados pela geada de um modo geral, a secretaria do Trabalho estadual agirá para "ajudar a solucionar a curto prazo a questão das dívidas dos fazendeiros e impedir que o bóia-fria tenha seu custo diário aviltado ou fique sem emprego".

Segundo Jorge Wilhelm, depois dos levantamentos, a secretaria do Planejamento terá condições de liberar as verbas para a ativação das obras públicas nesses locais.

De início será dado um grande impulso às obras já em andamento do DER, do Fundo Estadual do Departamento de Obras Públicas. Depois serão abertas concorrências para a construção de novas obras. Jorge Wilhelm advertiu que no campo dos reflexos sociais da geada, é preciso "evitar o alarmismo" para não favorecer a "indústria da geada". Segundo ele, o desemprego não é uma consequência inevitável de destruição das plantações e, no caso do norte do Paraná, por exemplo, "deve-se levar em conta que as terras são muitos férteis e que o café sempre foi uma cultura de risco. Com os prejuízos atuais, os fazendeiros podem preferir plantar soja, trigo e feijão, o que provocaria, inclusive, uma diminuição nos preços desses produtos no próximo ano favorecendo o consumidor". (Verba de oito bilhões de cruzeiros diminuirão o problema de desemprego. **Panorama**, Londrina, 23 jul. 1975. Geada, p.8.)

Neste trecho acima despreendem-se as atitudes que serão realizadas para moderar os efeitos da geada negra. Existe sobretudo a presença do fato de que há uma criação de frentes de trabalho em obras públicas para empregar os trabalhadores oriundos do campo e auxílio para a questão das dívidas dos fazendeiros, os quais podendo produzir amenizariam de forma breve os trabalhadores rurais por ter onde os empregar.

A cafeicultura ou a cultura cafeeira que permeava Londrina e a região norte do Paraná deixou seu lugares na memória, e neste âmbito o jornal fez parte destes lugares, se enquadrando na memória cafeeira. Cabe aqui considerar a visão acerca de memória de NORA (1981). De acordo com NORA (1981, p.12) "Os lugares de

memória são antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...]”.

Trazer a memória do fim da cafeicultura é o que se fez, no entanto, não se concedeu as memórias dos trabalhadores rurais da região, ou das regiões paranaenses atingidas pela geada negra pelo jornais, pois a memória sobre a geada negra esta contida dentro da trama e emaranhado de memórias em torno da cafeicultura ao qual deu embasamento para que os jornais trouxessem discursos sintetizantes. Ainda assim, devemos pensar que essa memória é dada somente em partes, pois, o drama diário de uma vivência com o trabalho com a terra é bem diferente daquele no qual se contratam pessoas pra poder emprega-lás nas lavouras e assim auferir lucros.

E por integrar às memórias e seus lugares, a cultura cafeeira abalada após o fenômeno climático insistiu no retorno de aspectos de quando o “Ouro verde” propiciava o progresso da região norte do Paraná. Houve nesse período o suposto fim da cultura cafeeira com a geada negra em Londrina e região norte do Paraná. Acerca desse tema TOMAZI (1997, p.21), salienta que, “A partir das transformações na agricultura e que atingem a região em estudo, iniciando-se em meados dos anos 60, ocorrerá um processo de expulsão gradativa e significativa da população [...]”, e por isto o retorno ou reafirmação do café e da cultura cafeeira.

Acompanhemos agora um outro trecho do *Panorama* que elucida as opiniões de um cafeicultor que pede a volta do colonato:

Velhos tempos

Essa propriedade, uma das poucas que ainda cultivam o café na região, começou há 60 anos atrás, com 10 mil pés que foram destruídos em 1918, obrigando o pai de Mário - Antonio de Almeida Leite - a cortá-los e dedicar-se ao milho para alimentar a suinocultura.

A fazenda, segundo Mario, continiou dedicando-se à cafeicultura e sofreu ao longo de sua formação sucessivas geadas, mas nenhuma tão inclemente como a última.

Não vamos abandonar a cafeicultura e já estamos ceifando os cafezais para começar tudo de novo. Conforme fez meu pai, também vou plantar milho e criar porcos em larga escala, aumentar as áreas de soja e trigo entre as covas dos novos 340 mil pés de café” - disse Mario. E prosseguiu: “No próximo ano teremos uma superprodução de soja, razão pela qual concordaria em pela qual concordaria em que se promovosse uma ampla campanha pelo consumo, pelo povo, desse produto que, embora com sabor ainda não aceito em nosso país, tem muitos mais substancia alimentar que o feijão, cujo preço continua subindo, já beirando 10 cruzeiros por quilo”. Para Mario, tudo o que foi escrito e comentado até aqui sobre os boias-frias não corresponde a realidade dos fatos. Diz que o exôdo dos trabalhaores

rurais para os arredores das cidades não se deve e nem se pode atribuir à pura e simples dispensa dele por iniciativa das fazendas".

Colonato Sim

O que acontece - explica é que a legislação trabalhista rural, pessimamente orientada por legisladores incapazes e desconhecedores dos problemas dos campos, pretendeu estender os direitos dos trabalhadores de fabricas aos das fazendas; e a nossa justiça passou a considerar cada membro de uma família como um trabalhador rural. Precisamos de um regime de colonato atualizado - prosseguiu -, de maneira a que os hoemens voltem aos campos, pois as atividades agrícolas dependem desses braços para a formação de famílias rurais conscientes do papel a desempenhar na vida, respeitando o trabalho como necessidade humana e dever social".

Afirma ainda que "é preciso, também um fim a velhacaria dos advogados desonestos, que já deviam ter cassados os seus direitos de advogar, pela falta de ética profissional, os quais estão empobrecendo ainda mais essa gente, enquanto eles vão ficando mais ricos, abiscoitando a parte das causas sacramentadas perante a justiça, em detrimento desses trabalhadores".

No entender de Mario "os boias frias já vão se habituando nesse regime de liberdade, prejudicial a si mesmo, porque não aceitando a disciplina e a necessidade do trabalho, preferem ganhar umas quireras de tempos em tempos e viver em favelas nas cidades do que nas fazendas com estabilidade e fartura para si e suas famílias". (Cafeicultor pede a volta do colonato. **Folha de Londrina**, Londrina, 25 jul. 1975. Caderno Economia, p.15.)

Neste fragmento, uma entrevista feita ao agricultor Mario Cintra Leite, percebeu-se o apelo do mesmo para a volta do colonato, atribuindo ao antigo sistema uma áura quase que edificante na vida do trabalhador rural, e que a condição do bóia-fria simplesmente se dá por escolha do próprio indivíduo por ele não se fixar a terra e preferir "ganhar umas quireras de tempos em tempos e viver em favelas nas cidades".

Cabe chamar a atenção ao detalhes quando refere-se à condição do trabalhador rural volante ou bóia-fria, que citados dentro de um espectro do trabalho no campo, relacionados com as particularidades da cafeicultura, não contemplam o que realmente ocorreu para que o trabalhador tenha ido se aglomerar nas favelas. Consoante à isto HALBWACHS (2004, p.36), exemplifica que se

[...] Recolocamos os diversos detalhes dentro, de um outro conjunto, constituído por nossas representações do momento. [...] Os detalhes não tomariam com efeito seu antigo sentido senão em relação a todo um outro conjunto [...] É do conjunto que seria necessário partir. [...]

E partindo deste ponto, a preocupação quanto à empregabilidade desta mão-de-obra que consequentemente se estenderia às cidades polos das regiões cafeeiras, tanto no comércio, quanto na nascente industria no Paraná, fica

destacada quando se fala sobre o impacto do problema social. Tal impacto é referenciado no trecho da *Folha de Londrina*, a seguir:

As medidas já anunciadas pelas autoridades federais, como a prorrogação dos débitos dos agricultores, novos financiamentos etc., são importantes para que o Paraná, como bem frisou o presidente Geisel, retome a produção agrícola. Entretanto, há outros setores que, igualmente necessitam ser ativados, para evitar que haja problemas sérios, notadamente de ordem social. Assim, por exemplo, a questão dos trabalhadores da lavoura, que, devido à própria situação, vivem em uma tensa expectativa. Caso haja uma grande erradicação nos cafezais, a consequência será uma diminuição na procura de homens para a lavoura. E, de qualquer modo, faltará ocupação para muitos dos homens que, hoje, trabalham no campo. Além disto, será necessário estimular o trabalho nas cidades, com o intuito de evitar dificuldades de ordem social.

Ontem, em Apucarana, durante reunião da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, alguns prefeitos falaram no assunto. E indicaram que, entre outras formulas, uma que poderia ser adotada seria a realização, principalmente agora, de maior número de obras federais e estaduais no Estado. Tais obras, notadamente rodoviárias, iriam reclamar trabalhadores, atendendo assim as duas necessidades do Estado: a da obra em si, e a dos trabalhadores, que, de outro modo, poderão ficar sem condições de trabalho, criando sérios problemas para si e para a coletividade. O Paraná reclama estradas em profusão. Muitas delas se encontram nos programas rodoviários nacionais e poderiam, agora, ser dinamizadas.

Por outro lado, o problema urbano também precisa merecer cuidados. Recentemente, discutindo o problema dos salários, considerados insuficientes, empresários paulistas sugeriram que o Governo Federal estimulasse, através de isenções fiscais, melhorias salariais pelas próprias empresas. A idéia, agora, poderia ser estudada, pelo menos para atender aos Estados que, como o Paraná, sofreram a geada e irão se ressentir dos efeitos da queda dos negócios até que a produção agrícola se regularize. Eventuais isenções fiscais, destinadas especialmente a um ativamento comercial, poderiam ser utilizadas de modo a possibilitar a manutenção da produtividade, sem criar dificuldades funcionais.

O problema do trabalho tem sido uma das preocupações do Ministro Arnaldo Prieto. Ele tem se mantido informado sobre a situação geral, tanto no Nordeste, onde as enchentes provocaram sérios danos, como no centro-sul, onde a perspectiva é de um possível aumento no índice de desemprego. O ministro do Trabalho, logo nos primeiros dias que se sucederam à geada, informou não ter qualquer notícia relativa a um crescimento no total dos desempregados, na região afetada pelas geadas. A informação parece ser correta. Mas as previsões indicam que tal poderá acontecer. E, com base nesta previsibilidade é que a questão é colocada, tendo em vista que é melhor e mais fácil prevenir que remediar. A situação está posta. Em pouco, poderá haver problemas com aqueles homens que hoje, trabalham na lavoura. De mesmo modo, a esperada diminuição nos negócios poderá criar dificuldades ao trabalho do modo geral. E é agora, antes que as previsões se concretizem, o momento adequado para examinar o problema e encaminhar soluções. (Condições de trabalho. **Folha de Londrina**, Londrina, 26 jul. 1975. Caderno Política, p.2.)

Essas preocupações com os problemas sociais que aparecem acima são, definidas no geral, mas, sobretudo pertencentes aos próprios trabalhadores que a

sentem na pele, e isto conforme HALBWACHS (2004) fez com que aparecesse uma memória em comum e que aparece também através dos jornais. Conforme o autor:

[...] Então nascem às lembranças, compreendidas em dois quadros de pensamentos que são comuns aos membros dos dois grupos. Para reconhecer uma lembrança desse gênero, é preciso fazer parte ao mesmo tempo de um e de outro. [...] (HALBWACHS, 2004, p.50).

E por se tratar da geada negra, um fenômeno climático que se abaterá tanto aos fazendeiros quanto aos trabalhadores rurais, a memória contida nos jornais de acordo com HALBWACHS (2004, p.49) está:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações, com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ela. Quando àquelas que concernem a um só de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória, - já que, ao menos por uma parte, elas se produzem dentro de seus limites - passam para último plano.

Observemos que, por estar em primeiro plano, as preocupações e tensões dos grandes cafeicultores, todo o restante da estrutura da cafeicultura incluso os trabalhadores rurais tiveram seu espaço e direitos resguardados, pois, o que se pôs em prática aos produtores também foi prolongado aos trabalhadores rurais e, por conseguinte, ao norte do Paraná ou até mesmo a todo povo do Paraná. Em relação a esse problema social apontemos também o trecho a seguir, da *Folha de Londrina*:

Para Bianchini, "o problema social está intimamente ligado ao problema econômico, e os dois se ligam ao financeiro, e os três se entrelaçam. Não se pode considerá-los isoladamente. Eu penso, portanto, que o aspecto financeiro hoje é o mais importante, porque se ele for bem equacionado, bem conduzido, os dois outros (econômico e social) poderão evoluir da maneira mais favorável para a atual conjuntura. O que nos precisamos é preço. Preço rápido, porque a resistência do produtor é muito pequena.

O mercado de café no interior está sujeito a se debilitar se o governo não reajustar imediatamente as bases de financiamento. O diferencial entre o valor do financiamento e o valor pagos aos produtores é muito grande, exigindo um desembolso também grande de capital de giro, que os maquinistas e os exportadores não tem". (*Cafeicultores querem preço e medidas urgentes. Folha de Londrina*, Londrina, 27 jul. 1975. Caderno Agricultura, p.4.)

Como se viu acima, o que se tem hoje rememorado, após a geada negra para com a cidade de Londrina e região norte do Paraná, por meio dos jornais não são memórias meramente expositivas de cenários ocorridas na agricultura paranaense. Há também uma tentativa de trazer a tona as "vozes" e as memórias de um grupo que fora marginalizado, não tomando, no entanto, as notícias abarcadas pelos jornais com princípio único de memória. NORA (1981, p.19), aponta que "[...] A

perda de um princípio explicativo único precipitou-nos num universo fragmentado, do mesmo tempo em que promoveu todo objeto, seja o mais humilde, o mais improvável, o mais inacessível, à dignidade do mistério histórico. [...]”.

Ainda enxergamos que há o fator social presente nesse contexto: o Brasil poderá não ser o parque cafeeiro como era, mas nós temos quase um milhão e meio de pessoas ainda neste emaranhado do café. Relacionado a esse problema, vemos abaixo um trecho de um cafeeicultor que concedeu uma entrevista para o jornal *Folha de Londrina* no dia 27 de julho de 1975:

#### O Social

Afirmando que um milhão e quinhentas mil pessoas vivem na cafeicultura, Orides enfatizou que o café é o principal agente fixador do homem na terra, mas que o problema social não será grande em virtude das medidas que o governo federal está disposto a tomar. Basta a formação de novas lavouras, e a mão-de-obra em potencial estará novamente garantida, disse. (Cafeicultores querem preço e medidas urgentes. **Folha de Londrina**, Londrina, 27 jul. 1975. Caderno Agricultura, p.4.)

No trecho da matéria acima descreveu-se o problema social, sobre a massa de trabalhadores e seus dependentes, que estão à mercê das medidas que o governo tomou. Já para com os grandes fazendeiros foi o oposto, ocasionando em influências e interligações mútuas. Isso ocorre, de acordo com HALBWACHS (2004, p.51) “[...], pois: De uma maneira ou de outra, cada grupo social empenha-se em manter semelhante persuasão junto a seus membros. [...]” A reflexão acerca dessa situação deixa claro o paralelo que unifica fazendeiro/trabalhador, cunhando seus destinos um junto ao outro.

Cabe lembrar que ambas as entidades fazendeiro/trabalhador sofrem com o passar dos dias, pois as notícias sobre a geada negra ficam rareadas, e se começam a se sentir as consequências do ocorrido nos dias 18 e 19, estabelecendo-se a erradicação dos cafezais, todavia, a preocupação sobre o grande contingente de mão-de-obra que ficaria ociosa foi expressa por José Richa, então prefeito da cidade de Londrina como mostra o trecho do jornal a seguir:

O prefeito José Richa, de Londrina, em contato com o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, manifestou sua grande preocupação com as consequências que o êxodo rural possa trazer para a região.

Com lápis e papel na mão, Richa argumentou que, por mais boa vontade que tenha o Governo, por maior que seja o apoio oferecido ao cafeeicultor, dos 900 milhões de cafeeiros "torrados" pela geada, pelo menos 200 milhões não serão replantados, por esta ou por aquela razão. Como a lavoura de café exige uma vasta mão de obra, cerca de 200 mil

trabalhadores serão dispensados. Admitindo-se que 30 ou 40 por cento sejam absorvidos por outro tipo de cultura, continuando, por conseguinte, no campo, ainda assim, mais de 130 mil trabalhadores rurais procurarão, na cidade, outras atividades. Segundo essa linha de raciocínio e considerando que Londrina é polo da região, atraindo mais gente que outras cidades, a dedução é lógica: "Londrina sofrerá mais com êxodo".

Dai as duas grandes reivindicações do prefeito: 1º - Que o Governo facilite ainda mais a liberação de verbas federais para que as obras públicas já iniciadas não sofram qualquer paralisação, o que viria agravar o problema de desemprego;

2º - Que se proporcione mais "abertura", para o comércio, um tanto "garroteado" ultimamente, abrindo-se assim, maiores possibilidades de absorção de mão de obra. Com respeito a esse ponto, entende ainda o prefeito José Richa que o comércio deveria ser liberado ao máximo, possibilitando-se com isso maior circulação, mais movimento e mais ânimo.

O ministro ficou impressionado com a argumentação lógica do prefeito de Londrina. (Richa: "Londrina sofrerá mais com o êxodo". **Panorama**, Londrina, 29 jul. 1975. Político, p.3.)

O prefeito José Richa em seu pronunciamento definiu o que ocorreu à cidade de Londrina por ser uma cidade "polo" da região, que inevitavelmente receberia uma massa de trabalhadores rurais dispensados do campo, isto é, algo que já vinha sendo dito pelos jornais. Na matéria do jornal o prefeito já coloca em pauta o que poderia ser feito para minorar os problemas advindos da geada negra na cidade de Londrina. Mas tomando uma maior visibilidade o problema social, e notadamente o assalariado rural conhecido como "boia-fria", esse trabalhador é repetidas vezes destacado. A importância dada a esse tema reflete a preocupação do jornal com o público. Segundo DE LUCA (2005, p.140) "[...] A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir".

Tal problema social dos trabalhadores é tão difundido pelos jornais, pois eles trazem toda uma aspiração de um público que está acompanhando e vivenciando as disfunções trazidas pela geada negra em todos os âmbitos da sociedade Londrinense ou norte do Paraná. Pois o produtor rural teve a assistência para a recuperação de sua produção, e quanto ao assalariado rural, nada foi delimitado para ele, fazendo com que milhares de pessoas pudessem esperar medidas a serem tomadas.

Sugestões de como tratar o problema da migração ou êxodo rural aparecem, tanto por representantes do governo, quanto aos representantes de cooperativas, associações agrícolas, logo, os cafeicultores não os trabalhadores rurais, como vemos no trecho a seguir:

O movimento migratório continua. Os dias passam e na realidade quase nada se faz, em termos práticos, para impedir que os migrantes aumentem ainda mais o índice de desemprego nas capitais e cidades polos de cada região. A assistência social elabora planos para evitar que famílias morram de fome, mas na hora de executá-los, percebe que falta uma estrutura financeira para passar da teoria à prática. (O êxodo rural aumenta, apesar das promessas. **Panorama**, Londrina, 31 jul. 1975. Econômico, p.8.)

Constata-se por meio da análise desse último trecho e dos outros acima, em um aspecto geral que há um descaso para a situação do trabalhador rural ou boia-fria. Este que quando é citado é apresentado como um indivíduo em situação de empecilho, contudo, no plano da realidade não aplica-se o que foi exposto para minimizar os problemas que a geada negra causou na vida de milhares de trabalhadores rurais e seus dependentes.

O que para alguns foi à oportunidade de mudar o ramo de negócios, e também de diversificar lavouras, para os trabalhadores ou assalariados rurais fora o golpe derradeiro, não tendo a visibilidade jornalística, a não ser quando se apresenta o problema provindo da migração ou êxodo rural. Fechamos esse tópico com uma citação de HALBWACHS (2004, p.52), esclarecendo “[...] que a parte que representamos em cada modo de ver está determinada pela intensidade desigual das influências que estes têm [...]”.

### **3. Marcos da geada negra na memória: um estudo de caso.**

É com o intuito de se perceber os efeitos ou consequências da geada negra na vida dos trabalhadores rurais que recorreremos à história oral, e segundo essa prática, começamos por uma elucidação de CARLOS (2002, p.13):

É difícil definir História oral em poucas palavras, além de nova é bastante dinâmica criativa, o que torna provisória qualquer conceituação. Pode-se, no nível material, considerar que a história oral consiste em gravações premeditadas de narrativas pessoais, feitas diretamente de pessoa a pessoa, em fitas ou vídeo. Tudo prescrito pela existência de um projeto.

Tomando como base esse e outros autores que trabalham com a história oral, foi coletada uma entrevista com uma mulher residente em Cambé. Ela trabalhou desde pequena como trabalhadora rural até 1975, e por causa da geada negra a sua vida mudou de rumo. O uso de tal história oral serve para elucidar ou expor a memória relativa à geada negra, é “[...] como expressão do tempo presente, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática, pública e imediata.” (CARLOS, 2002, p.14), e com isto situar historicamente o leitor, fazendo com que

reconheça o cotidiano do trabalhador rural de Londrina e região norte do Paraná, mesmo que singularizado na entrevista, no seu apogeu e na sua derrocada após a geada negra.

Para entendermos a perspectiva do sujeito entrevistado, usamos da definição de CARLOS (2002, pg.15), para a história oral, esta que é:

[...] parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais; por isso, ela é hoje inerente aos debates sobre tendências da história contemporânea. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que a marca como história viva. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, ela não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a seqüência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem.

E exatamente por isso dado acima, que a história oral em seu bojo viabiliza que pessoas comuns tenham oportunidade de compartilhar um pouco de sua história, e com isto, fomentar discussões sobre o que foi registrado, de alguma forma. Não se deve confundir história oral com oralidade, pois ela gera o que segundo CARLOS (2002, p.17) denomina como "[...] Fontes orais são diversas manifestações sonoras, gravadas, decorrentes da voz humana e que se destinam a algum tipo de registro possível de arquivamento ou estudos. [...]]", e ainda CARLOS (2002, p.16), ressalta que "Deve-se, notar a distinção entre oralidade e fontes orais. Apesar de ser comum a confusão entre as duas manifestações, elas são diferentes: a primeira não é gravada; a segunda só é "fonte", porque foi registrada mecanicamente.", e por ser registrado e ter um destino arquivístico ou exploratório considera-se sua relevância como documento histórico, e nisto conforme CARLOS (2002, p.47), deve-se levar em conta que:

No primeiro caso, em vista do conteúdo dos depoimentos, o que se diz é que comumente são inexatos, cheios de interferências emocionais e vieses variados. Ao contrário do que se pensa, é exatamente o conjunto dessas alterações que interessa. Ademais, mora na emoção e mesmo na paixão de quem narra a subjetividade que interessa à história oral.

Partindo desse ponto, não se deve pré-conceber que aquilo que se tem dito são mentiras, pois, segundo CARLOS (2002) não existe mentira no sentido moral do termo, e toda mentira “emana das intenções”, e é isso que buscamos compreender ao lidar com a história oral. CARLOS (2002) ressalva que a história oral mais do que um modismo é uma “variante do conhecimento” e ainda segundo o autor (2002,

p.20) “A necessidade da história oral se fundamenta no direito de participação social, e nesse sentido está ligada ao direito de cidadania.”, e deste modo, ter uma via de exteriorização e salientar a vida de pessoas comuns trazendo a eles a oportunidade do surgimento dessas memórias relativas à cafeicultura e fundamentalmente à geada negra. Conforme CARLOS (2002, p.21),

[...] a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva.

É na perquirição dessa vida coletiva que se é concebido um espaço para exposição de pessoas comuns que de outro modo não conseguiriam ou até mesmo não poderiam ter suas experiências de vida registradas. Isso é útil para as pesquisas e recorrentes análises sobre relatos orais.

Entender o sentido e o uso do depoimento oral, de acordo com CARLOS (2002, p.39), é entender:

[...] por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas, [...] têm encontrado espaço pra abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias. [...] a história oral tem dado espaço, preferencialmente, a aspectos ocultos das manifestações coletivas.

Cabe aqui enfatizar que a memória propiciada pelo exercício de história oral, que é segundo NORA (1981, p.7) “[...] A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.”. No momento da geada essa memória não convinha ser registrada no caso de quem nos deu o depoimento, por se tratar de uma trabalhadora rural, e estar em situação de ostracismo, porque do acontecimento ou fato só restam lembranças. Em depoimento a entrevistada evidencia:

[...] última vez que viemos para o Paraná eu estava com dez anos, ai não voltamos mais. E dai começamos a trabalhar nas lavouras de café, meu pai era colono trabalhava de colono, trabalhando na roça fazendo de tudo. Com dez ou doze anos eu já estava trabalhando na roça, carpindo, plantando, plantava com a enxada fazendo os “buraquinhos”. Plantava milho e feijão, no meio do café, das lavouras de café, naquele tempo tinha muito café era só café, e as plantações eram no meio do café, pegava no meio da "rua" de café e plantava, tinha um pedaço que plantava arroz, o outro plantava feijão, milho nos vão dos pés de café. Ai a gente colhia o café, o café que a gente

colhia lá por colono era ganho por saco de café, e depois a gente foi crescendo nessa vida... [...] (Informação verbal)<sup>1</sup>

Vemos aqui a ideia de Terra de Promissão dada pela CTNP, ideia que posteriormente seria reajustada pela cafeicultura, iniciada com a propaganda, que é ressaltada também por ARIAS NETO (2008, p.15):

[...] A propaganda atraiu também brasileiros de todos os Estados, mas especialmente do Centro-Sul (São Paulo e Minas) e do Nordeste, os grandes focos de tensões econômicas e sociais do período. E quando vieram, fixaram-se predominantemente no campo.

A partir da visão de ARIAS NETO, há uma ponte dessa perspectiva da propaganda com o contexto. É fácil compreender a vinda de milhares de pessoas que fixaram-se no campo, atraídas pela propaganda originada pela CTNP e perdurada na imagem do “Ouro Verde”.

Cabe ainda ressaltar nesse entremeio de expansão cafeeira pelo Norte e Noroeste do Estado, em conformidade com ARIAS NETO (2008, p.22), que nesse contexto “[...] compreende-se a formação da região norte do Paraná, [...] bem como relações de produção que se instauram internamente a ela e as representações desses processos.”.

Ao nos referenciar sua história, entrevistada cita que ela e seu pai trabalharam no sistema de colonato, tendo na cafeicultura o esteio para seu trabalho e sobrevivência. Cabe lembrar que o sistema de colonato teve principal papel no desenvolvimento da representação agrária que o Paraná, mais especificamente no norte do Paraná por ser o principal sistema de trabalho rural que fora empregado sendo vantajoso para a expansão da agricultura, no caso ocorrido, a cafeicultura.

A contextualização do enraizamento da memória cafeeira aludida no capítulo anterior cita o sistema de colonato, mas CANCIAN (1981, p.58), nota que “Havia várias formas de contrato de trabalho para a formação do cafezal, onde, de ambos os lados, fazendeiro e colono, buscavam o melhor ajuste, pois o objetivo era sempre auferir vantagens. [...]”, mostrando que o antigo sistema de colonato mesmo após a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural estava ainda sendo praticado. Pode se então entender o impacto causado no pronunciamento da geada nos jornais, sendo alarmante para com o ocorrido.

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida por BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Trazer à tona por meio do depoimento uma memória que pouquíssimo ou em tempo algum fora descrita, conforme NORA (1981, p.14), “É antes de tudo, uma memória, diferentemente da outra, arquivística. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. [...]”, por conter a experiência de inúmeras pessoas nessas condições em 1975, e também no momento da geada.

Lembramos do caráter reacolhedor da história oral, quando vemos que ela, segundo CARLOS (2002, p.31), “[...] se faz um braço na luta pelo reconhecimento de grupos antes afogados pelos direitos dos vencedores, dos poderosos, daqueles que podiam ter suas histórias reconhecidas graças aos documentos emanados de seus poderes.”, por entender que os jornais em seu corpo editorial e jornalístico na intenção de expor o ocorrido com as grandes lavouras não deu ênfase as condições dos trabalhadores rurais na geada em julho de 1975.

Sobre as formas de contratos aludidas por CANCIAN (1981) como eram diversas elas variavam, vemos que a mulher entrevistada retifica essas características no trecho do depoimento seguinte:

[...] ai daquele tempo pra cá meu pai não voltou mais, ai ficamos trabalhando com café. Ai eu casei também, casei com 17 anos, ai meu marido trabalhava no café, mas já era de porcentagem, ai já é diferente de quando era com meu pai, porque nós trabalhávamos o ano inteiro sem ganhar nada, só que ele chegava no final do ano, tinha as plantações, e tinha porco, galinha, tudo... Ai estava bem melhor já, mas dinheiro era só de ano em ano, quando colhia o café, vendia o café ai que ia pegar dinheiro, e aquele dinheiro tinha que dar pro ano inteiro. Trabalhava o ano inteiro sem pegar cheque, pegava quando fazia a colheita do café, e os mantimentos e dinheiro que tínhamos que dar um jeito de reservar pra "dar" o ano inteiro, porque não tínhamos como ganhar outro dinheiro, e a gente sempre foi assim, sempre passando apurados... Eu casei, eu casei com 17 anos, minha primeira filha nasceu em 65, foi em 62. A nós vivemos no colonato até 75, que foi o ano da "geada" que queimo os cafés, ai a gente veio pra cidade... [...] (informação verbal)<sup>2</sup>

Com a observação de que na história da época o árduo cotidiano de levar a vida já era complicado, Leda Lovato (1992, p. 62), ressalva que os males

[...] apareceram para o lavrador, o trator, o IBC, essas instituições grandes, depois pensando no comércio, os supermercados... Naquele tempo o sujeito comprava do negociante, colhia prá ir pagar. Agora tem que ir com dinheirinho. E começa disso também... o negócio do sindicato, porque tem direito a tantos anos, morou três anos tem direito a isso a aquilo, tem direito a propriedade.... É onde foi destruindo tudo...

<sup>2</sup> Entrevista concedida por BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

E a geada veio pra tornar a situação ainda mais penosa para essas pessoas, para os trabalhadores isso era uma questão de sobrevivência, e neste caso por rememorar as mazelas vividas e expor seus dilemas de acordo com NORA (1981, p.20), na:

[...] história-memória emerge um novo personagem, pronto a confessar, diferentemente de seus predecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal que ele mantém com seu sujeito. Ou melhor, a proclamá-lo, a aprofundá-lo e a fazer, não obstáculo, mas a alavanca de sua compreensão. [...]

Já para os grandes segundo CANCIAN (1981, p.66) isso seria “[...] um processo capitalista centrado na empresa de exportação, gerando outros tipos de empresa – as de subsistência – voltados à produção de gêneros para as populações envolvidas nas empresas de exportação. [...]”, então se explica a preponderância dos cafezais para com as outras culturas agrícolas.

A vida que nunca foi luxuosa com a geada negra se torna ainda mais trágica, e com isto aquela incerteza causada pelo êxodo rural que a entrevistada e milhares de pessoas empreenderam este fato segundo HALBWACHS (2004, p.41), “[...] seja produzida, mesmo uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe [...]”.

E o que se retrata pela geada em ambas as partes é o fim da cafeicultura na região noroeste, mas que também ocorreu aqui, pois os preços segundo CANCIAN (1981) são um fator determinante na escolha da cultura que será plantada preponderantemente, e como o café demandava uma quantidade grande de mão-de-obra os efeitos eram certos tanto para patrão quanto para o empregado.

Contudo comparando as condições de um e outro acerca disto HALBWACHS (2004, p.48), reforça que:

[...] Do mesmo modo, pelo fato de que dois pensamentos, uma vez reaproximados, e porque contrastam entre si, parecem se reforçar mutuamente, nós acreditamos que formem um todo que existe por si mesmo, independentemente dos grupos de onde são tirados, e não percebemos que na realidade consideramos ao mesmo tempo os dois grupos, porém cada um do ponto de vista do outro.

Em vista dessa reflexão também destacamos a concepção de TOMAZI (1997, p.56): “Quando se referem à riqueza e à pobreza falam como se fossem coisas diversas, como se elas não fossem frutos da mesma ação que é a do trabalho e do capital que enquanto enriquece alguns, empobrece outros.” Vemos que o trabalho nem sempre é propiciado por uma ascensão econômica, pois, o trabalho na lavoura sempre foi algo de baixa rentabilidade. Compreendemos que quando se comunica, conversa, ou noticia-se algo referente sobre a geada negra e seu predeterminado

fim uniformiza-se as consequências independentemente da condição social, em um fator determinante em comum e com isto. Acerca desse aspecto TOMAZI (1997, p.11), denota que:

[...] Entretanto, é necessário aos olhos de quem domina, que esta realidade pareça una, sem conflitos, procurando assim silenciar outros discursos que demonstram e falam sobre as contradições e os conflitos entre diversos grupos, frações de classe e classes que viveram e vivem na região situada ao norte do estado do Paraná.

Fazendo uma ponte da ideia de TOMAZI com o depoimento aqui explicitado da mulher de Cambé, observamos que é possível trazer a lembrança de um grupo, porque nas lembranças há, de acordo com HALBWACHS (2004, p.15), “[...] “interferências coletivas” que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como uma fronteira e o limite: coloca-se na intersecção de várias correntes do “pensamento coletivo.[...]”, Nesse caso a lembrança é resultante do tempo que a cafeicultura se consagrou durante às décadas de 50 e 60. Essa lembrança é revelada a seguir, pela entrevistada, (2015, p.57) que expõe:

Naqueles tempos geava muito, mais problemas se passava era no tempo da geada, porque tínhamos medo de queimar as plantações, os pastos, porque tínhamos cavalos, tínhamos vaca, cabrito, a gente tinha dificuldade, naquele tempo tinha muita geada muita chuva de pedra... Agora está difícil porque não existe mais o colono, acabou-se o café, e agora tem os maquinários que fazem tudo também, no nosso tempo até não era tão ruim porque tinha bastante serviço, mas se fosse pra ser agora dai já é difícil por que os maquinários fazem tudo quase, mas a gente passou muita dificuldade... A gente não sabia fazer nada na cidade também né, porque só sabíamos trabalhar na roça, até que teve vezes de eu ir trabalhar na roça em volta tinha plantação de café em tudo, como boia-fria, trabalhando na roça também, até que arrancaram os cafés, e onde agora é prédio era tudo café, ai a gente trabalhava na roça ainda e levava os meninos menores comigo pra poder trabalhar e não deixar em casa sozinho. (Informação verbal)<sup>3</sup>

Vários fatores permeavam o trabalho rural em Londrina e região norte do Paraná. As geadas ocorridas nos anos 50 e 60, para muitos foi um incentivo ao plantio conforme CANCIAN (1981), de lavouras de café estimuladas pelo preço e mesmo tendo no colonato moradia e “o que comer” havia dificuldade para se viver, podendo mudar para pior com geadas e chuvas de pedra. E mesmo nestas décadas com todos os seus insucessos para com a cafeicultura, ela prosseguiu e neste âmbito CANCIAN (1981, p85), cita que “[...] Novamente se pode afirmar que a

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida por BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

monocultura é uma questão de lucros, ela existia enquanto os preços do café mantiveram-se defendidos ou altos. Deixou de existir com as dificuldades da conjuntura em análise.”, e seu término que foi potencializado pela geada negra foi retratado pelos jornais, mas tomando-se em conta fatores socioeconômicos e a história oral neste sentido serve como contraponto, pois, segundo CARLOS (2004, p.31) age diferente de:

Quando a cultura oficial aborda os grupos excluídos, colocando-os como tema de seus estudos, o faz por via indireta, pelos documentos escritos. Assim, essas análises são sempre "sobre" eles e nunca "deles". Os documentos impressos, então, exercem um papel de filtro que tende a considerar sempre os fatores socioeconômicos e não os comportamentos subjetivos.

Neste comportamento expresso pelo depoimento segundo HALBWACHS (2004, p.59), “[...] atendo-me aqui às palavras que ouvi ou li [...] são tudo o que me chega desse passado. É o mesmo com todos os fatos históricos que conhecemos. [...]”, nota-se a gravidade da situação dos trabalhadores rurais após a geada negra, mas partindo de um grupo de pessoas que não pertenciam aos grupos contemplados pelas diversas manchetes dos jornais.

É com efeito que CARLOS (2002, p.40), destaca “[...] Por se tratar de situações de vínculos com múltiplos aspectos da vivência coletiva, as vidas contempladas e os temas analisados não podem ser reduzidos a exemplos de situações específicas.” Esforça-se compreender o que a geada foi na memória de um trabalhador rural, por meio da entrevista ou depoimento coletado, e concomitante a isto CARLOS (2002, p.53), discorre que “Memória, imaginação e representação são bases que sustentam qualquer narrativa sobre o passado e o presente.”

O que se retrata é um lastimável sentido de perda, não só no que toca ao socioeconômico, e sim no sentido de vida e trabalho, entrevistada expõe a seguir o que ocorreu:

Ai foi ficando cada vez pior... Porque a única esperança do povo da roça era o café, ai acabou e o sítio que nós morávamos foi arrancado, foi tirado tudo as lenhas, arrancados todos os café e plantado soja, ai a gente não tinha onde trabalhar, porque ai era à maquinário e a gente veio pra cá, nós tínhamos pegado uma chácara do meu cunhado lá em Marilândia do Sul, estava a coisa mais linda de café, e nós íamos pra lá, e veio a “geadona” antes de nós irmos.(informação verbal)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida por BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Vemos, a partir do trecho acima que sentimento de perda é inerente à geada negra e se refere à situação que os trabalhadores rurais enfrentaram pós-fenômeno. A vida não era fácil para o trabalhador, mesmo trabalhando por porcentagens da produção. Para explicar “a porcentagem”, POZZOBON (2006, p.57) comenta que:

O parceiro, também chamado de “porcenteiro”, era o chefe da família, remunerado por porcentagem de produção (40%). Geralmente era proprietário de parte dos instrumentos de trabalho e autorizado a utilizar uma área para criar animais e produzir alimentos para consumo. [...] Este era o melhor caminho para se tornar proprietário. Nesse sistema, o parceiro era sócio na produção, executava todos os serviços do cafezal, inclusive colheita e secagem, fazia plantio intercalar e recebia 40% da produção como remuneração pelos serviços prestados. Os riscos eram divididos entre as partes.

O sistema de porcentagem é uma variante do colonato, pois havia algumas características em comum. Elucidando o colonato, Pozzobon (2006, p.43) salienta que:

O sistema de colonato era adotado para o café em franca produção. O “colono”, juntamente com a sua família, recebia uma remuneração fixa por mil pés para manter limpa a lavoura formada e prepara-la para a colheita, outra, diretamente proporcional ao número de sacas de café da roça colhidos, e por dia de serviço prestado fora do cafezal (conserto de cerca, roçada de pasto, etc.), além do direito de efetuar plantio de culturas intercalares de milho, feijão e arroz até o limite do espaço disponível entre as ruas de café, sem concorrer com a planta. Recebia casa, lenha, espaço para criação de animais e pequenas culturas de subsistência. Nesta condição, o produtor (fazendeiro ou médio proprietário) assumia os riscos do empreendimento. [...] Embora houvesse fartura de alimentos, havia pouco dinheiro para atender às necessidades de subsistência e, menos ainda, para comprar seu tão sonhado pedaço de terra.

As diferenças se apresentam na forma de pagamento, de uma variável à outra mantem-se as características de plantios intercalares, produção de animais e moradia. O temor do êxodo rural em 1975 se dava por haver claramente à adoção do sistema de colonato para com os trabalhadores rurais, simultaneamente com a figura do boia-fria. Sobre o colonato POZZOBON (2006, p.53), discorre que:

[...] Enquanto vigorou, o sistema de colonato representou um período de harmonia e distribuição de renda no meio rural, particularmente no chamado “Norte Novo” de Londrina e Maringá. O termo “colônia” está relacionado ao conjunto de casas individuais ou geminadas existentes nas fazendas de café.

Acerca da custosa condição de vida inerente ao trabalhador rural, o regime de trabalho age rigidamente. De acordo com Pozzobon (2006, p.54):

Nas fazendas, o regime de trabalho, além de penoso, era bastante rígido com o despertar antes do alvorecer, ao som de um sino, almoço de 1 hora,

café de 15 minutos e conclusão dos trabalhos ao anoitecer. Adultos e crianças trabalhavam de segunda a sábado, acompanhados do fiscal, com pouco tempo disponível para instrução, cuidados com a saúde, compras ou atendimento de suas necessidades. Havia, porém, abundância de alimentos que eram consumidos em grande quantidade, dado o extenuante trabalho físico. Dinheiro, quase só na colheita. Situações de endividamento eram resolvidas despedindo-se o trabalhador ou com sua fuga da fazenda.

A partir dessa colocação de POZZOBON (2006) vemos que o sistema de colonato era ligado ao trabalho rural de Londrina e norte do Paraná. Sua continuação mesmo depois da implantação do Estatuto do Trabalhador Rural indica que a questão do trabalhador rural no colonato nas lavouras cafeeiras, perdurou também após o período do mês de março, como aponta POZZOBON (2006, p.54), após o mês de:

[...] março de 1963 [quando] entra em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural pelo qual a plantação subsidiária ou intercalar não poderia mais integrar a parte correspondente ao salário. O período de adaptação trouxe sérias transformações às relações econômico-sociais e o sistema [colonato] acabou sendo extinto, gerando a figura do “bóia-fria”.

Percebe-se, consoante a essa concepção da figura do “boia-fria”, o medo provocado pela erradicação dos cafezais, e também a progressiva mecanização da lavoura que levaria o fim de mão-de-obra empregada nas lavouras de café, e plantações de algodão. Sobre isto a entrevistada, saudosamente, retrata:

Aí foi difícil, porque acho que como arrancaram todos os pés de café por causa da geada e não se plantava mais café, plantavam-se outras coisas. Porque daí acabou o serviço na roça, não podia trabalhar na roça e tinha muita gente que trabalhava nos sítios. Todo mundo vivia lá tranquilo, criando porco, galinha, tinha de tudo não precisava ficar preocupado com o que comer, porque pelo menos o de comer tinha e de fatura. Aí depois disso, acabou. Porque acabou as plantações, os cafés, aí plantaram essas coisas como soja, nem algodão tem mais... Nós trabalhamos com algodão bastante, e acabou o algodão e o café, que era o que dava mais mão-de-obra, porque o algodão tinha que ser todo colhido na mão, quantas vezes eu colhi algodão nossa, naquela fazenda Couro do Boi que tem lá pra lá da Warta a gente trabalhava lá também, morava no sítio que era pareado dai a gente ia lá, aí depois acabou tudo. A geada acabou com o algodão e o café. Plantaram-se outras coisas... É ainda mais agora que inventaram esses maquinários que fazem quase tudo, aí os trabalhadores ficaram pior. Porque todos tiveram que pegar profissão, pra trabalhar porque trabalhavam só na roça, aí é difícil. A maioria não sabia nem malemá assina o nome [...] (informação verbal)<sup>5</sup>

Muito mais do que se pensa um possível interpretador desse trecho, há a existência marcante e inesquecível do fenômeno da geada negra para estes

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

trabalhadores rurais da região, pela mudança causada na vida deles em pouquíssimo tempo.

Cabe ver que inesperada e desconsoladora foi a transformação no cotidiano dos trabalhadores rurais que viram sua condição mudar, sem esses trabalhadores estarem preparados para tal mudança. Vemos isso na fala da mulher que entrevistamos, exemplifica a situação de vida no momento:

E meu marido não sabia fazer nada também, e aí foi trabalhar de servente de pedreiro, mas não ganhava muita coisa também, bem difícil, aí depois ele entrou a trabalhar com um patrão que ele ia e não pagava a gente quase passou fome, nesse meio. Aí [...] depois eu fui trabalhar de doméstica, eu comecei a trabalhar em casas de família. (informação verbal)<sup>6</sup>

Encontramos aqui um trecho de um depoimento, enquanto história oral, que representa um documento não dado facilmente, serve para suprir a escassez de documentação sobre a geada negra, mais ainda quando se trata sobre o trabalhador rural. Cabe levantar aqui o significado de história oral, que é segundo CARLOS (2002, p.145):

[...] o esclarecimento ou a opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é direta. Nesse ramo da história oral, a hipótese de trabalho é testada com insistência e o recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste das perguntas a serem feitas ao colaborador. (CARLOS, 2002, p.145)

Ao olharmos acerca da geada que afetou os trabalhadores e pessoas no geral que estavam relacionadas ao café, temos que levar em conta algumas considerações acerca do fenômeno, como as de TOMAZI (1997, p.260):

Esta geada significou, simbolicamente, a “pá de cal” na cafeicultura paranaense, que mesmo assim continuou sendo uma das fontes de renda significativa para o estado do Paraná, mas agora não mais com aquela pujança anterior, pois já disputava o espaço com a pecuária bovina, a soja, o algodão e o trigo. [...]

É dado como certo estas consequências da geada negra, e com a ajuda do depoimento é possível trazer à tona à conjuntura vivenciada. Conforme HALBWACHS (2004, p.75), “[...] É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para se conservar e reconstruir a imagem

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

do seu passado.”, diferentemente de memorialistas como POZZOBON (2006, p.150), ao salientar que “[...] A geada coroou o elenco de acontecimentos embora não tenha significado o fim da cafeicultura. Decorridos 30 anos, o café ainda tem importância na economia paranaense como gerador de riquezas e empregador de mão-de-obra.”

Contradizendo POZZOBON, a entrevistada ressalta que depois da geada negra “[...] a gente ficou aqui e se quisesse trabalhar na roça tinha que ir na boia-fria, ai com o tempo parece que nem os boia-fria está existindo mais [...]”. Se fizermos uma inferência acerca dessa situação vemos que algo que não se realiza mais não pode constituir-se como um gerador de riquezas. Inferir isso é reafirmar a memória coletiva relativa à cafeicultura, seria reafirmar conforme HALBWACHS (2004, p.58), que:

[...] A memória coletiva [...] envolve as minorias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Dadas as consequências anunciadas pelos jornais e veículos de comunicação, a geada negra caracterizou o fim da cultura cafeeira, o adensamento das cidades polo como Londrina e outras da região norte do Paraná. Cabe ressaltar também que demonstrar as dificuldades dos trabalhadores rurais pós-geada é algo diferente de redizer o fim da cafeicultura, e nesse sentido a entrevistada acrescenta que:

Iam ficar todos parados, porque não tinha trabalho, e ninguém sabia fazer nada na cidade, podia até vir pra cidade, mas tinha que ter serviço na lavoura pra trabalhar fora, porque trabalhar na cidade é difícil, porque ninguém sabia fazer nada na cidade e o serviço que foi aparecendo na cidade foi o negócio do servente de pedreiro, porque depois da geada todo mundo veio pra cidade. (informação verbal)<sup>7</sup>

Em vista dessas opiniões emitidas na entrevista realizada com Otildes (2015) percebemos que geada negra foi muito mais do que o fim da cafeicultura. Trazer a memória da geada negra segundo Halbwachs (2004, p.90) “[...] Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recoloca-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos [...] confrontando-os uns aos outros.”, retirando generalizações, e reduções do acontecimento à seus efeitos simplesmente,

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

porque os efeitos variaram não se configurando igualmente para trabalhadores e patrões.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao coletarmos e analisarmos a entrevista, notamos nitidamente uma reafirmação dos dizeres dos jornais para com a geada negra, e seus efeitos, todavia, mesmo que os jornais transmitam o que se passou de uma maneira geral, deixa sintetizado o ocorrido na perspectiva dos trabalhadores rurais.

Ao abarcar os efeitos e as consequências da geada negra, os jornais acabam por reforçar às memórias da mesma maneira que a do estudo de caso, pois, ambas são oriundas de personagens da própria cafeicultura que sofreram esse acontecimento diretamente.

### **APÊNDICE**

#### **Apêndice A**

Dia 30 de dezembro de 2015, local: Cambé. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto, e entrevistada: Otildes de Paula Budeu

Trabalhei em sítios, trabalhava em Minas (Minas Gerais), no interior, lá meu pai trabalhava de serrar madeira, serrador. E a gente ficava em casa, no interior perto de Paroapeba, daí a gente veio pra cá, mas lá meu pai trabalhava de serrar madeira e a gente ficava em casa, mas lá era muito difícil de viver porque não tinha nada fácil pra comer. A gente morava no meio do pasto, numa casinha feita de barro coberta de sapê por cima, daí meu pai não havia dado certo lá, viemos pro Paraná. Quando eu vim pro Paraná a primeira vez, acho que eu tinha uns 3 anos, ai viemos três vezes para o Paraná e voltamos. Lá era muito difícil, e não havia serviço, naquele tempo tinha tanta criança, os pais tinham um monte de filhos. E a gente ia pra lá de novo, quando chegava, mesmo serviço e mesma vida, muito difícil, só tinha gado não tinha plantação. Ai depois viemos pro Paraná de novo, a última vez que viemos para o Paraná eu estava com dez anos, ai não voltamos mais. E dai começamos a trabalhar nas lavouras de café, meu pai era colono trabalhava de colono, trabalhando na roça fazendo de tudo. Com dez ou doze anos eu já estava trabalhando na roça, carpindo, plantando, plantava com a enxada fazendo os “buraquinhos”. Plantava milho e feijão, no meio do café, das lavouras de café, naquele tempo tinha muito café era só café, e as plantações eram no meio do café, pegava no meio da "rua" de café e plantava, tinha um pedaço que plantava arroz, o outro plantava feijão, milho nos vão dos pés de café. Ai a gente colhia o café, o café

que a gente colhia lá por colono era ganho por "saco" de café, e depois a gente foi crescendo nessa vida... Meu pai mudava muito, e era bem pobre, tinha uma herança que trocou com os irmãos da minha mãe, e ele não aproveitou a herança, estragou tudo o dinheiro, e a gente era criança não sabia de nada. A minha mãe sempre falava: A meus irmãos estão todos bem, só a gente que não tem nada - porque meu pai tinha e gastou, acho que é de "mudar", a gente vinha e voltava, e tinham as mudanças e largávamos lá porque ia trazer. Ai na última vez que viemos, meu tio falou: ó você não volta mais pra lá, porque se você voltar pra minas mais uma vez, a gente não vai ajudar mais - ai daquele tempo pra cá meu pai não voltou mais, ai ficamos trabalhando com café. Ai eu casei também, casei com 17 anos, ai meu marido trabalhava no café, mas já era de porcentagem, ai já é diferente de quando era com meu pai, porque nós trabalhávamos o ano inteiro sem ganhar nada, só que ele chegava no final do ano, tinha as plantações, e tinha porco, galinha, tudo... Ai estava bem melhor já, mas dinheiro era só de ano em ano, quando colhia o café, vendia o café ai que ia pegar dinheiro, e aquele dinheiro tinha que dar pro ano inteiro. Trabalhava o ano inteiro sem pegar cheque, pegava quando fazia a colheita do café, e os mantimentos e dinheiro que tínhamos que dar um jeito de reservar pra "dar" o ano inteiro, porque não tínhamos como ganhar outro dinheiro, e a gente sempre foi assim, sempre passando apurados... Eu casei, eu casei com 17 anos, minha primeira filha nasceu em 65, foi em 62. A nós vivemos no colonato até 75, que foi o ano da "geada" que queimo os cafés, ai a gente veio pra cidade...Nós vivíamos bem, era tudo amigo, viramos amigos, trabalhávamos juntos, cada um tinha um pedaço pra trabalhar, mas a gente combinava com as colegas da gente, quando a gente era criança era criança, quando a gente ficou moça a gente ficou num sítio perto da Warta, ficamos lá 15 anos, e depois veio a geada e não tivemos mais jeito de ficar no sítio... O primeiro de quando eu era solteira era com meu pai né, ai depois que casei foi com meu marido, e de quando era com meu pai, meu pai era bem... É qualquer coisa com ele já pegava a mudança colocava no carro e nas costas, no caminhão e já vinha embora já, ele não tinha paciência. Então a gente sofria por causa disto, porque a gente estava acostumado num lugar, e às vezes a gente até gostava, meu pai era muito trabalhador só que ele não caprichava no serviço, e ai a turma ia reclamar com ele, os patrões, e ele já ia embora... Entre disso a gente passou por Serra Morena, que é pra lá de Jataizinho, a gente morou ali trabalhando, moramos três vezes no sítio do meu tio, a gente saia e depois voltava. Ai fomos morar no sítio de um japonês que era o Saika, moramos bastante tempo lá, ai depois viemos aqui para Cambé, eu ainda estava solteira, ai moramos ali perto da Warta, no sítio dos Corsos, parece que é Corso o nome deles, e dali nós fomos pro 25, ai aonde meu pai também trabalhava lá comigo, ainda solteira. Trabalhando no café, porque aquele tempo tinha café, plantação, só que a gente não tinha plantação pra gente porque a gente era colono, e colono não tinha nada. A gente trabalhava e se pagava em dinheiro, a gente não plantava não, tínhamos que comprar, e ai depois meu pai não quis ficar mais aqui em Cambé, ai voltaram pra Serra Morena, e como eu não quis ir eu casei, e fiquei morando no sítio, e o dono do sítio mora aqui em Cambé, ai ficamos ali, e ali nós ficamos 15 anos trabalhando por porcentagem, era no sítio do lado onde eu trabalhava quando solteira. Era o sítio dos Bonilhas, gente grande aqui de Cambé, ai casei e plantávamos café por porcentagem, plantava tudo o que quisesse, as plantações eram todas da gente, mas o café tínhamos que tirar acho que é 60% do patrão e o resto era nosso. Ai vendia o café no final do ano, e só ai que se pegava dinheiro no final do ano, ficamos lá trabalhando desde até a noite, porque tinha que fazer porque não podia

pagar pra ninguém, ai que a gente trabalhava. Ai pegava as crianças cinco horas da manhã ia pra roça, trabalhar até de noite, trabalhava até escurecer, ai tinha colheita de arroz, feijão, milho. E neste meio tempo virou pinguço, bebia e não trabalhava ai eu ficava lá com todo o serviço nas minhas costas e ele não me ajudava em nada, nossa era difícil. Feijão tinha que arrancar e não conseguia puxar na carroça, ai meu cunhado ia buscar feijão lá da roça pra mim, porque ele tinha dó de mim. Ai eu colhia aquele feijão, batia, ensacava sozinha. E nesse meio em que eu casei, passou dois anos eu tive três crianças, três meninas, cada um tinha um para ajudar, tive três filhos e ele continuava bebendo... Naqueles tempos geava muito, mais problemas se passava era no tempo da geada, porque tínhamos medo de queimar as plantações, os pastos, porque tínhamos cavalos, tínhamos vaca, cabrito, a gente tinha dificuldade, naquele tempo tinha muita geada muita chuva de pedra... Agora está difícil porque não existe mais o colono, acabou-se o café, e agora tem os maquinários que fazem tudo também, no nosso tempo até não era tão ruim porque tinha bastante serviço, mas se fosse pra ser agora dai já é difícil por que os maquinários fazem tudo quase, mas a gente passou muita dificuldade... A gente não sabia fazer nada na cidade também né, porque só sabíamos trabalhar na roça, até que teve vezes de eu ir trabalhar na roça em volta tinha plantação de café em tudo, como boia-fria, trabalhando na roça também, até que arrancaram os cafés, e onde agora é prédio era tudo café, ai a gente trabalhava na roça ainda e levava os meninos menores comigo pra poder trabalhar e não deixar em casa sozinho. E meu marido não sabia fazer nada também, e ai foi trabalhar de servente de pedreiro, mas não ganhava muita coisa também, bem difícil, ai depois ele entrou a trabalhar com um patrão que ele ia e não pagava a gente quase passou fome, nesse meio. Ai é difícil, e ele continuou bebendo ainda, e depois eu fui trabalhar de doméstica, eu comecei a trabalhar em casas de família, porque eu não sabia fazer, eu sabia costurar, mas costurar lá no sítio é diferente costumava bastante pras turmas que iam trabalhar na roça, e fazia calças, camisas, essas coisas, mas aqui não porque não tinha prática, mas aquelas roupas lá, aqui na cidade não dá pra fazer, não tinha jeito, tudo diferente. Ai foi ficando cada vez pior... Porque a única esperança do povo da roça era o café, ai acabou e o sítio que nós morávamos foi arrancado, foi tirado tudo as lenhas, arrancados todos os café e plantado soja, ai a gente não tinha onde trabalhar, porque ai era à maquinário e a gente veio pra cá, nós tínhamos pegado uma chácara do meu cunhado lá em Marilândia do Sul, estava a coisa mais linda de café, e nós íamos pra lá, e veio a “geadona” antes de nós irmos. Acabou com as plantas todas, de todo mundo que tinha café, ai agora virou isso, café está um absurdo comprar, antes a gente tinha de graça. Nós éramos acostumar a levantar cedo e ir pra roça, trabalhar normal, íamos à hora que queríamos, trabalhávamos quando queríamos, e na cidade não, tudo é a base de horário, ai você tem que ir lá, tá doente ou não está chegou o horário de trabalhar tem que ir, porque como eu trabalhava de doméstica, eu tinha que estar lá porque o serviço era por minha conta. Ai mudou bastante, porque eu não tinha mais aquela liberdade de falar, ah eu não vou agora vou mais tarde, ai foi difícil porque eu tinha as meninas pequenas, tinha vezes que eu trabalhava até terminar o mês pra pegar dinheiro e comprar comida, comprava arroz, comprava bastante por nós éramos em, tinha minhas três meninas, meu marido e minha mãe. E eu tinha que, o dinheiro que eu ganhava o mês inteiro era quando eu comprava o arroz pro mês, e quando eu pegava o pagamento eu ia lá direito comprar arroz, porque a gente gastava quase gastava meio saco de arroz daquele saco de sessenta quilos, bastantes quilos de arroz por mês. Eu estava com 28 mais ou menos... Acho que estava com 28. Ai minhas filhas foram crescendo, Ai

foi difícil, porque acho que como arrancaram todos os pés de café por causa da geada e não se plantava mais café, plantavam-se outras coisas. Porque daí acabou o serviço na roça, não podia trabalhar na roça e tinha muita gente que trabalhava nos sítios. Todo mundo vivia lá tranquilo, criando porco, galinha, tinha de tudo não precisava ficar preocupado com o que comer, porque pelo menos o de comer tinha e de fatura. Aí depois disso, acabou. Porque acabou as plantações, os cafés, aí plantaram essas coisas como soja, nem algodão tem mais... Nós trabalhamos com algodão bastante, e acabou o algodão e o café, que era o que dava mais mão-de-obra, porque o algodão tinha que ser todo colhido na mão, quantas vezes eu colhi algodão nossa, naquela fazenda Couro do Boi que tem lá pra lá da Warta a gente trabalhava lá também, morava no sítio que era pareado daí a gente ia lá, aí depois acabou tudo. A geada acabou com o algodão e o café. Plantaram-se outras coisas... É ainda mais agora que inventaram esses maquinários que fazem quase tudo, aí os trabalhadores ficaram pior. Porque todos tiveram que pegar profissão, pra trabalhar porque trabalhavam só na roça, aí é difícil. A maioria não sabia nem malemá assina o nome, quando ele (marido) era criança puseram ele na escola, e ele não queria estudar, ficava apedrejando a escola lá, e tiraram ele da escola e ele ficou sem estudar, e depois xingava ficava bravo, porque se eu tivesse letra igual a sua não estava fazendo isso, ué mas porque não estudou... Os que tinham uma "profissãozinha" ou sabia fazer alguma coisa, a maior parte que veio pra cidade continuou trabalhando no sítio, como boia-fria, pondo-se em risco nas conduções que levarem os trabalhadores porque não tinham conforto nenhum. A vizinha nossa diz que chegou a morrer de 5 à 8 pessoas de acidente em caminhão de boia-fria. Aí era difícil, porque além enfrentar tudo aquilo, agora acho que nem isso não tem mais. Acho que acabou, e se tiver são alguns, minha irmã trabalhou muito de boia-fria também, ela era mais nova que eu, mas trabalhou mais do que ainda. Eles tinham quase minha idade, o marido dela trabalhava junto, uma mora no sítio dela hoje, a mais nova lá em Califórnia. Agora não está no sítio trabalhando mais porque ele aposentou, ela conseguiu aposentar o marido dela. O meu marido também consegui se aposentar mais foi por tempo de serviço, aliás, de idade 65 anos, e eu não consegui até hoje, só porque não tenho comprovante que trabalhei, eu já fui atrás, aí ele morreu e eu fiquei com a aposentadoria dele, se não acho que estaria ganhando nada. Não tem valor trabalhador do sítio, não tem valor, porque só de chegar e falar que trabalhou no sítio pelo tempo, poderia ter a aposentadoria, mas não tem que tem comprovante e quando eu fui atrás do comprovante pra arrumar pros papel lá no sítio, ele (ex-patrão) morreu também, aí foi o filho dele que ficou, e o filho dele não sabia nada, aí não deu nada. Meus papéis foram tem uns dez anos, e até hoje nem resposta, se deu certo e nem deu porque se tivesse dado... Quem trabalhou na lavoura, e tem o comprovante que trabalhou e tudo... Ainda conseguiram aposentar, mas que nem eu não conseguiram. Minhas amigas que trabalhavam já há tempos na cidade, trabalhavam em firmas e elas conseguiram aposentadoria, mas eu não consegui não, porque trabalhei de doméstica... Foi muito ruim né, porque a única esperança que a gente tinha ali era o café, e quando a gente viu aquele café tudo preto queimado da geada. Às vezes dá uma "geadinha" assim que prejudicava um pouquinho só, aquelas folhas caíam e nascia novas, a gente quebrava aqueles galhos secos fazíamos lenha, depois ele estava novinho. Mas depois daquela geada lá, não sobrou nada. O café de onde nós morávamos não sobrou nada, arrancaram o tranco, e nunca mais plantaram, e eu acho que deviam ter plantado... Sim porque pra plantar café precisa de bastante gente, porque era plantados os "pézinhos".

E teve gente que ficou mau mesmo que vivia aqui, quem tinha profissão e tinha saúde ainda veio pra cá, ai é aquele negócio, pagar aluguel é difícil também. A gente nunca pagou aluguel não, fomos num sítio pra comprar de dividindo com meu cunhado, a gente comprou uma data dividida, ai fizemos duas casas, fizemos não, a dele já tinha já a casinha na frente, mas não estava nem terminada estava no chão batido, e no fundo não tinha nada era vazio. Ai como ele tinha uma chácara que tinha uma casa de madeira velha, ele deu pra nós. Eles arrancaram a casa de lá, e montaram ela aí, bem velha, mas dava pra morar, mas se não como íamos pagar aluguel, tínhamos nada, desempregado e o único serviço que sabia fazer era os da roça, ai eu vim pra cidade com três crianças pequeninhas e o marido bebendo. A geada acabou com tudo mundo que trabalhava no sítio. Tem muitos dos meus cunhados, da minha irmã e do meu marido foram embora pra São Paulo, foram pra Limeira, pra lá colher laranja e cana, mas meu marido não quis ir aí eles foram e estão lá até hoje... Muitas saíram pra buscar trabalho, porque aqui não estava tendo, e estão pra lá até hoje, meus cunhados mesmo já morrem todos, os irmãos do meu marido, mas eles tão pra lá, os que estão pra lá estão trabalhando nestas coisas mesmo, de cana, laranja...Trabalhador rural ainda, ai a gente ficou aqui e se quisesse trabalhar na roça tinha que ir na boia-fria, ai com o tempo parece que nem os boia-fria está existindo mais, porque não tinha segura nenhuma, iam muitos sentados na carroceira do caminhão, naquela beirada, quantas pessoas caíram e já era ou machucou. O rapaz mesmo da minha amiga ali morreu num acidente de caminhão de boia-fria, caiu da carroceria e morreu. É depois da geada foi bem difícil, maior parte do povo reclamava mesmo, às vezes tinha que comprar cavalo, trabalhar de carroceiro meu cunhado mesmo trabalhou de carroceiro muitos anos, e ele não ia na boia-fria porque ele já estava meio de idade, ai ele comprou um cavalo e uma carroça pra trabalhar fazendo viagem pros outros pra carregar qualquer coisa que aparecia, então já pra ele que tinha quatro filhos homens pra eles lá no sítio era bem melhor. Sempre ele falava, ah! Se eu achasse um serviço, mas não achava porque estava assim, porque a geada acabou com o café... E eles como só sabiam trabalhar com o café, ai foi difícil. Iam ficar todos parados, porque não tinha trabalho, e ninguém sabia fazer nada na cidade, podia até vir pra cidade, mas tinha que ter serviço na lavoura pra trabalhar fora, porque trabalhar na cidade é difícil, porque ninguém sabia fazer nada na cidade e o serviço que foi aparecendo na cidade foi o negócio do servente de pedreiro, porque depois da geada todo mundo veio pra cidade. Ai não tinha casa pra morar, ai vai todo mundo fazer casa, aí deu serviço pros pedreiros, meus cunhados mesmo trabalharam bastante como pedreiros aqui, fazendo casas, é o que tinha que fazer, ia morar onde, ainda bem que aquele dinheiro ficou do café que queimou a gente já tinha feito a colheita, aí quem tinha dinheiro no "jeito" foi fazer casa, fazia dois cômodos, contratava alguém pra ajudar, com pena, e ajudando. Agora já não porque as pessoas que estavam no sítio no meu tempo maior parte já morreram aquilo faz tempo, e eu estou com 70 anos, eles eram bem mais velhos que eu, meus cunhados mesmo morreram todos já, e o que eles faziam depois que vieram do sítio, todos eles estavam trabalhando de pedreiro, e trabalharam até morrer.

## FONTES CONSULTADAS

BUDEU, Otildes de Paula. **Otildes de Paula Budeu**: depoimento [dez. 2015]. Entrevistador: Felipe de Almeida Neto. Cambé, 2015. 3 arquivos .mp3 (41 min.).

**FOLHA DE LONDRINA**. Londrina, 18-31 jul. 1975. Diário.

**PANORAMA**. Londrina, 18-31 jul. 1975. Diário.

## REFERÊNCIAS

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930-1975. Londrina: Ed. UEL, 1998.

CANCIÁN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900 -1970)**: estudo de conjuntura. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo

CARLOS, José. (Org.). **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 241p.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2005.

HALBSWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

LOVATO, Leda. O depoimento. In: LOVATO, Leda. **De como o que o café deu o café tomou**: trajetória de sitiantes do norte do Paraná.. São Paulo: Usp, 1992. p. 68.

NORA, Pierre. **Entre memória e História**: A problemática dos lugares. Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós – Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo. n. 10, p.07-28, 1981.

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006. 224 p.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). Trad. Denisa Bottmann e João R. M. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” história e fantasmagorias**. 1997. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da imprensa de Londrina**: do baú do jornalista. Londrina: Eduel, 1991.